

# XIII festa da solidariedade

Diretor Padre Lino Maia  
Diretor-Adjunto Padre José Baptista



**7 de Junho 2019**  
**Praça do Município - Vila Real**

ELEUTÉRIO ALVES, VICE-PRESIDENTE DA CNIS

**Festa é o momento alto na promoção e defesa dos interesses das IPSS**



**AÇÃO DE FORMAÇÃO**  
ASAE renova conhecimentos na área da segurança alimentar junto das IPSS



**FUNDAÇÃO AGA KHAN**  
Melhorar qualidade de vida das comunidades com base no conhecimento



**ASSISTÊNCIA SOCIAL ADVENTISTA**  
Rede LAPI aposta em proporcionar um estilo de vida de qualidade





## Resiliência e Sustentabilidade precisa-se nos Estados Membros da UE

O relatório de Junho 2015, dos cinco presidentes: da Comissão Europeia (**Junker**); do Euro grupo (**Jeroen Dijsselbloem**); do Banco Central Europeu (**Mario Dragi**); do Parlamento Europeu (**Martin Schulz**) e da Cimeira do Euro (**Donald Tusk**) refere que a UE e em particular a área do Euro, necessita convergir no estabelecimento de estruturas económicas e sociais as quais devem evitar choques que tenham efeitos nocivos significantes nas dimensões: económica, social e ambiental e evitar as cicatrizes provocadas pela recente crise económica, política e social.

Uma definição de resiliência económica “é a capacidade de um país resistir económica e socialmente, a choques económicos e sociais. Os países com elevada resiliência devem ter a capacidade de evitar choques que tenham efeitos significantes e persistentes ao nível da capacidade do tecido empresarial, no rendimento e emprego das pessoas, para reduzir flutuações económicas e financeiras e principalmente recessões extensas e profundas e deste modo evitar os efeitos da última crise que deixou cicatrizes profundas ao **nível social** (aumento da pobreza) e **económico** (falência de empresas, aumento significativo do desemprego, redução de salários e de reformas, redução da produção, endividamento do Estado), através da venda de estruturas produtivas chave para o Estado (EDP, CTT, PT, TAP, etc.) que por estarem agora fora do controlo do Estado representam uma fraqueza muito significativa no estabelecimento de políticas públicas destinadas a beneficiar a população, as empresas e a recuperação da economia e do bem-estar social, o que torna mais difícil a construção de uma arquitetura mais robusta para resistir a crises económicas e financeiras. Foi um erro do governo quando a Troika exigia a venda de activos do Estado no valor de cerca de cinco biliões de euros e o governo atingiu os nove

biliões. Esta acção reduziu significativamente a capacidade de Portugal no futuro, atingir um nível de resiliência económica e social mais robusta, em resultado de ter reduzido significativamente a sua margem de manobra na construção de uma economia mais resiliente através das políticas públicas.

De notar que para se atingir num país, um grau de a resiliência robusta é indispensável que as Instituições públicas e privadas sejam sustentáveis. **Como é do conhecimento geral, as IPSS desempenharam um papel insubstituível na resposta às necessidades da população, nos mais variados aspectos, durante o período da crise 2010-2015.**

Infelizmente, neste momento, em muitas IPSS a situação financeira é muito difícil devido a sub-financiamento por parte do Estado, não correspondendo à sua responsabilidade de participação financeira adequada e justa na prestação dos serviços sociais à população, colocando em risco a resiliência das IPSS, que foi fundamental pela sua acção solidária para o país manter paz social, durante a crise anterior.

A resiliência não implica necessariamente voltar à situação económica e social de pré-choque e pode ter caminhos diferentes de recuperação sem, necessariamente, voltar à situação anterior à crise. O exemplo das transformações actuais como: os efeitos da 4ª revolução industrial, da digitalização, da robotização, descarbonização da economia, os objectivos do milénio (acordo de Paris), a transição para as economias circular, entre outras, vão exigir uma estrutura de resiliência económica e social diferente, a qual requer por exemplo: acabar com o trabalho precário, subida dos salários (não é aceitável uma pessoa trabalhar e continuar na pobreza, assim como não é aceitável que o salário de presidentes de empresa públicas e privadas atinjam cem vezes

**José Leirião**  
Membro da CNIS



mais o salário de um trabalhador da mesma empresa).

**O objectivo de política na EU para o horizonte de 2050**, é estabelecer uma economia mais sustentável com uma visão de longo prazo para uma Europa mais próspera, moderna, competitiva e amiga do ambiente em ligação com os Objectivos das Nações Unidas que **integrem as três dimensões da sustentabilidade: económica, social e ambiental.**

Em termos de União Europeia a mudança qualitativa deve começar já pelo financiamento e implementação dos **vinte princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais**. Para atingir este objectivo é imperativo que o Quadro Financeiro 2021-2027 incorpore este financiamento, o que neste momento é duvidoso quando analisamos a disponibilidade financeira do Fundo Social + para aquele período de tempo.

## “Passe-família”, mais um atropelo aos direitos das pessoas com deficiência!

Este início de abril – e até começou no Dia dos Enganos! – tem sido prolixo em notícias e decisões sobre o quanto uma considerável parte dos portugueses vão poupar nos transportes públicos. Mas é uma parte, urbana. E é uma parte que, lamentavelmente, mais uma vez esquece os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Passada uma década sobre a data em que o Estado Português ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), instrumento legalmente vinculativo no ordenamento jurídico nacional e compromisso assumido por Portugal, perante os seus cidadãos e perante a comunidade internacional, muito – ou cada vez mais! – está por fazer.

A mudança de paradigma que a CDPD deveria promover não passa “só” por estabelecer diretrizes no plano jurídico ou formal, mas também deveria implementar as necessárias transformações a nível da sociedade.

No recente Despacho n.º 1234-A/2019 (sobre o Programa de apoio à redução tarifária nos transportes públicos), uma vez mais há “partes” desta nossa sociedade que ficam esquecidas.

Foi assumido em 2016, em Marraquexe, o objetivo de atingir a neutralidade carbónica até ao final da primeira metade deste século como sinal do seu compromisso e empenho no cumprimento do Acordo de Paris. Este compromisso implicará uma alteração dos padrões de mobilidade da população e, para o atingir, ficou recentemente decidido incentivar o uso dos transportes públicos. Acredito que por isso, e não por questões eleitoralistas, foi lançado em 2019 o Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART).

A referida medida concretiza-se num apoio financeiro municipais (CIM). Acontece que o PART exclui as pessoas com mobilidade reduzida – nomeadamente as pessoas com deficiência –, uma vez que não contempla, no referido Despacho, nenhuma referência à obrigatoriedade de acessibilidades nos transportes contratualizados.

Em que ponto ficamos? A medida é genérica ou, novamente, volta a ser uma decisão parcial, discriminatória e que “empurra” as pessoas com mobilidade reduzida para um patamar

de insignificância?

O referido Despacho indica, no ponto 3, a solução de cálculo para a “distribuição do valor previsto pelas áreas metropolitanas e pelas comunidades intermunicipais”, remetendo para uma tabela (em anexo ao documento) e que tem em consideração o volume de pessoas que utiliza transportes públicos, ponderado pelo tempo médio de deslocação, de acordo com os dados apurados nos Censos 2011. Mas o critério distributivo baseado nos dados dos Censos 2011 é falacioso, uma vez que as questões destes Censos relativamente às pessoas com deficiência desvirtuam a realidade.

Recorde-se que o Instituto Nacional de Estatística (INE) tinha decidido retirar as questões relacionadas com as pessoas com deficiência nos Censos 2021. Só no decorrer da Consulta Pública sobre os Censos que se vão realizar, e não fosse o movimento associativo da área da deficiência a contestar energicamente tal decisão do INE, os Censos 2021 iriam traduzir um errado e total desconhecimento da realidade das pessoas com deficiência.

Mas uma decisão como esta, de início de abril, é uma medida estruturante e que traz um grande impacto na vida das pessoas. Mas será, como já referi, um impacto parcial – pois uma grande maioria das pessoas com deficiência não utiliza os transportes públicos porque os mesmos não são acessíveis!

Por isso se insta o Instituto Nacional de Estatística a respeitar o Estado Português (que ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência). E, portanto, que contemple nos Censos 2021 todas as questões relacionadas com esta Convenção.

Só assim, no futuro, a implementação de medidas estruturantes (como esta, dos custos dos transportes públicos) venham a contemplar todos.

Caso contrário, no futuro, acontecerá o que aconteceu neste mês de abril... Recordo o que define o Despacho n.º 1234-A/2019:

1) Apoia-se a redução tarifária transversalmente a todos os

**Abílio Cunha**  
Presidente da Direção da Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral



utentes. – Todos, exceto as pessoas com mobilidade reduzida!

2) Apoia-se a redução tarifária ou a gratuidade para grupos alvo específicos. – Exceto das pessoas com mobilidade reduzida!

3) Apoia-se a criação de “passes-família”. – Exceto as famílias das pessoas com mobilidade reduzida!

4) Apoiam-se as alterações tarifárias decorrentes do redesenho das redes de transporte e da alteração de sistemas tarifários. – Imagine-se... Exceto das pessoas com mobilidade reduzida!

Reclamam-se medidas adicionais que compensem as pessoas com mobilidade reduzida que não sejam abrangidas pelo PART devido à falta de acessibilidade nos transportes contratualizados. Ou seja, apoio financeiro para deslocações das pessoas com mobilidade reduzida, suportando o Estado o remanescente do custo do passe abrangidas pelo PART.

Só assim se poderá constatar que esta medida é universal e contempla todas/os as/os Portugueses.

E, se assim for, será uma oportunidade para Portugal demonstrar à Europa e ao Mundo uma efetiva medida de inovação da inclusão.

Caso contrário, e quem sabe se uma vez mais... será uma oportunidade perdida.

**Maria João Quintela**  
Direção da CNIS



# Cuidadores e propostas legislativas

**1.** A proposta “cuidador”, à partida, enferma de um significado redutor “ao cuidado”, do que são as normais relações familiares e de afeto que devem ser apoiadas, incentivadas e protegidas e não objeto de “classificações”, como “principal” e “não principal”.

Para além de não explicitarem os critérios necessários para esta discriminação e a forma como eles podem ser aplicados de modo a não cometer injustiças, avaliações erróneas, que contrariem a própria vontade da pessoa objeto de cuidados, e até favorecer desinvestimentos familiares nas pessoas fragilizadas, estas classificações, pela hierarquização determinada por terceiros alheios ao conhecimento e valorização efetiva das relações ao longo da vida, afetivas e familiares, omitem, no conceito, a forma como o cuidado é prestado, valorizando quase exclusivamente a tipologia de cuidados. No limite, essa forma pode ser um veículo de maus-tratos, perpetrado pelo “eleito” “cuidador”, que, a coberto de um “estatuto”, pode ser a pior escolha. Ao existir esta “nomeação”, importante é pois garantir que o “eleito” “cuidador principal” obedece a critérios de avaliação familiar, psicológica, de dependência financeira ou não da pessoa “cuidada”, de registo criminal, etc., etc., e que é objeto de um acompanhamento e vigilância da pessoa que recebe cuidados, preventiva de situações de abuso, negligência, maus-tratos e usurpação de bens, entre outras situações.

Sem as Instituições que conhecem as famílias, a vizinhança, os mais diretos conviventes, o meio ambiente no qual se processam os cuidados, as suas convicções religiosas, políticas e até as histórias familiares ao longo da vida, como pensa o Estado, ou como pensam as autarquias, proteger os mais frágeis e indefesos, daqueles a quem confere o “estatuto” ou um conjunto de privilégios, em detrimento das normais relações familiares estabelecidas, limitando essa participação até um certo grau familiar e diferenciando em “principal” e “não principal”, pessoas que cuidam, e até remunerando-as, numa total ingerência subjetiva e parcelar de avaliação, na esfera privada e familiar das pessoas?

Sem esta clarificação é socialmente

inaceitável instituir este modelo, que altera e subverte as normais relações familiares, transforma as famílias em prestadores “remunerados” em função de terem ou não “estatuto” ou “classificação” e que não diferencia os familiares de quaisquer outros prestadores de serviço doméstico.

É, aliás, neste sentido que vale a pena olhar o que na Europa parece um objetivo, a coberto deste “interesse” em apoiar os “cuidadores informais”, que é estabelecer uma confusão total entre famílias e trabalhadores de serviço doméstico, o que só pode vir a fragilizar ainda mais a situação das próprias famílias como tal, e dos mais fracos e vulneráveis doentes, pessoas com deficiência ou com dependência, colocando-os previsivelmente à mercê de situações de ausência de cuidados em casos de “baixa”, “greve” ou outra forma de omissão de deveres que possa vir a surgir, como “direito constitucional” dos “cuidadores”.

**2.** Outro aspeto é, reforço, a questão de falar de “cuidador”, no singular, e no masculino, quando se pretende:

- envolver o maior número de prestadores de cuidados disponíveis possível e não sobrecarregar “um” ou “dois”, anulando eventuais outras ajudas dentro da família;

- valorizar as equipas pluridisciplinares, envolvendo a família e outros mais diretos prestadores de cuidados formais e informais;

- valorizar o papel das mulheres nas suas múltiplas dimensões pessoais e profissionais, sendo que a maioria dos “cuidadores” são mulheres;

- relevar o papel maioritário das famílias nos cuidados, pelo que, ao adotar-se o termo “cuidador”, deveria referir sempre “cuidador/a” familiar ou “cuidador/a não familiar”, porque tal traduziria de forma mais adequada, a realidade.

- considerar o “doente”, no centro do sistema, com vontade própria expressa de diversas formas, como um olhar, um balbuciar, uma expressão ou outras formas de comunicação de agrado, desagradado, concordância ou discordância, e não apenas “objeto” de cuidados, definidos por terceiros, e prestados por terceiros também definidos ou “eleitos” por terceiros.

Como pensa o Estado fazer valer a vontade de quem é cuidado? E esta eleição de «cuidadores» é uma «nova» cultura só para alguns?

**3.** Porque não estabelece o Estado uma verdadeira política protetora na dependência e na deficiência, universal, com apoio nos diferentes atores sociais, começando nas próprias pessoas vulneráveis e nas famílias, incluindo o Estado, as Autarquias, as IPSS? Porque são as famílias reduzidas a “cuidadores”? Porque não se apoiam as IPSS para melhorar os serviços de apoio domiciliário, que já fazem, e são tão necessários, e que permitiriam aos familiares continuar a sua vida profissional normal? Porque não aposta o Estado na requalificação das respostas de internamento que ele próprio criou num determinado tempo e quadro social e demográfico e que estão hoje com necessidades muito diferentes para apoiar nomeadamente os mais idosos mais dependentes, com polipatologia, num quadro de envelhecimento demográfico crescente e de famílias reduzidas, e bem assim as pessoas com deficiência e, em particular, as que sobrevivem aos seus parentes mais próximos?

**4.** Uma medida “solta” como a que preconiza o apoio a “cuidadores”, nestes moldes, não preenche as lacunas graves resultantes de não ter havido nos últimos anos lugar a políticas interministeriais (educação, reabilitação, saúde, segurança social, trabalho, economia, finanças, planeamento, habitação, segurança, comunicação social, cultura, etc.):

- dirigidas ao envelhecimento populacional e ao envelhecimento individual em geral;
- dirigidas às pessoas com deficiência e com dependência;

- de apoio às famílias que cuidam dos mais novos e dos mais idosos e que precisam ou querem continuar a trabalhar;

- de apoio à natalidade e à valorização da infância;

- para a solidariedade entre as gerações;
- para a possibilidade equitativa de escolha nomeadamente das mulheres entre “cuidar” e “trabalhar”, ou na conciliação dos dois processos.



CNIS E ASAE PROMOVEM AÇÕES DE FORMAÇÃO EM TODO O PAÍS

# É essencial cumprir as regras para garantir a segurança alimentar

A CNIS, em parceria com a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), está a promover uma série de ações de formação e informação na área da segurança alimentar, com o principal objetivo de prevenir o cumprimento da legislação reguladora do exercício das atividades económicas, nomeadamente na área alimentar.

No dia 29 de abril, o Centro Paroquial de Aldoar, no Porto, acolheu a primeira de quatro ações que abrangem todo o território nacional. A primeira sessão, realizada no Porto, dirigiu-se às IPSS do Norte, mas até finais de julho as instituições das outras regiões do País terão a sua oportunidade de atualizar conhecimentos em torno das regras da segurança alimentar que devem implementar e promover nas instituições sociais.

Assim, no próximo dia 16 de maio, a Casa Municipal da Cultura de Coimbra recebe a ação de formação destinada às instituições da zona centro, seguindo-se Lisboa, na Voz do Operário, no dia 27 de junho, e, por fim, Faro, no Instituto D. Francisco Gomes (Casa dos Rapazes), no dia 18 de julho.

As sessões decorrerão entre as 9h30 e as 13h00, com exceção da de Faro, que será entre as 14h00 e as 17h30.

Presente no arranque da ação de formação do Porto, o presidente da CNIS, padre Lino Maia, considerou que “a articulação com a ASAE é fundamental para o serviço que as IPSS desenvolvem”, tendo Palmira Macedo, assessora da Direção, referido que o objetivo do conjunto das quatro ações é o de “ajudar a resolver melhor problemas e assim prestar os melhores serviços aos utentes, que é o que mais preocupa os responsáveis pelas instituições”.

Pedro Nabais, chefe de Divisão de Riscos Alimentares da ASAE, é o preletor convidado para, ao longo das quatro ações, transmitir a mensagem cujo “objetivo principal é o de garantir a segurança dos consumidores” (leia-se, utentes).

Depois de uma breve abordagem à missão, visão e valores que guiam a ação da ASAE, Pedro Nabais explorou questões mais concretas, explicando não apenas os diplomas legais que regem a matéria de segurança alimentar, mas abordando também questões muito concretas, como as estruturas e equipamentos, o plano de higienização, a higiene pessoal, os resíduos alimentares e as matérias primas, ingredientes e produtos finais, entre muitas outras que podem constituir perigos para a segurança alimentar.

Prevenir riscos para evitar a exposição aos perigos em matéria de segurança alimentar é o lema, tendo Pedro Nabais explicado que os perigos surgem em duas vertentes: associados com as etapas do processo ou associados com a envolvente à unidade de restauração, no caso das IPSS refeitórios, cozinhas e despensas e armazéns.

Para o inspetor da ASAE é fundamental a constante e permanente observância das regras estabelecidas, não só em termos de manuseamento dos



produtos alimentares, mas igualmente em termos de infraestruturas, acondicionamento dos alimentos e a sua conservação.

Para além disto, é essencial haver uma constante supervisão pela estrutura técnica das instituições, para que não haja falhas que, posteriormente, em caso de fiscalização, redundem em coimas.

Os procedimentos em torno da segurança alimentar “têm por objetivo reduzir a possibilidade de contaminações dos alimentos ao longo do processo produtivo, a partir das instalações, equipamentos e utensílios utilizados”, sublinhou Pedro Nabais, lembrando que o plano de higienização implica, por exemplo, que “a limpeza das instalações deve ser feita sempre que necessário” e, após esta etapa, “quando necessário, a desinfeção, para a eliminação ou redução do número de microrganismos até um nível de segurança aceitável”.

Muitas das ideias passadas pelo inspetor da ASAE são já seguidas no seio das IPSS, mas a renovação de conhecimentos e de procedimentos é fundamental para assegurar a segurança alimentar, pelo que ações de formação e informação como estas são essenciais à implementação das boas práticas.

O responsável da ASAE abordou ainda os pré-requisitos exigidos para lidar com os alimentos, como as regras em torno do controlo de temperatura ou o acondicionamento e embalagem.

Frisando que “a cadeia de frio não deve ser interrompida”, porque isso potencia o crescimento microbiano, Pedro Nabais deixou ainda conselhos sobre a conservação a frio e a descongelação.

Sabendo-se que as instituições confeccionam muitas refeições para fora, seja através do Serviço de Apoio Domiciliário, seja para fornecimento a escolas e outros, a questão do acondicionamento e embalagem é prioritário.

Por isso, Pedro Nabais lembrou os cuidados que devem existir com “os materiais, que não devem ser fonte de contaminação”, sublinhando que as refeições devem ser acondicionadas “por forma a não ficarem expostas a risco de contaminação”, utilizando embalagens “reutilizáveis, fáceis de limpar e/ou desinfetar”, e ainda que é muito importante que, nesta etapa, se “evite a contaminação do produto, verificando sempre a integridade do mesmo”.

Por fim, Pedro Nabais discorreu sobre a importância da formação de todos os que estão ligados a esta cadeia alimentar nas IPSS.

“A formação na aceção do anexo II, capítulo XII, do Regulamento (CE) n.º 852/2004 deve ser vista num contexto alargado”, começou por dizer, esclarecendo: “Uma formação adequada não significa que tenha de haver uma participação em cursos de formação, pois esta também pode ser feita através de campanhas de informação por parte de organismos profissionais ou das autoridades

competentes – como neste caso –, de guias de boas práticas e outros”.

Estas ações de formação são do maior interesse das IPSS, pois permitem renovar e atualizar conhecimentos e procedimentos com vista a melhorar os serviços e, sempre que possível, aumentar a qualidade dos mesmos.



ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE COIMBRA

# Projeto inovador nas áreas da juventude e solidariedade dá prémio europeu

A Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC) foi distinguida com um Prémio Eurodesk, na categoria «Ações de Solidariedade», pelo projeto «Here We Are», desenvolvido, em 2017 e 2018, em parceria com a organização húngara EgyüttHató Egyesület.

O galardão, de âmbito europeu, pretende distinguir as iniciativas mais inovadoras e com maior impacto promovidas por organizações que trabalham na área da juventude.

Na edição deste ano concorreram projetos de 17 países da União Europeia, tendo o júri destacado o alcance das ações realizadas e a capacidade para estabelecer pontes com outras entidades e serviços, tanto em Portugal como na Hungria.

O projeto «Here We Are» envolveu diretamente quatro jovens utentes da APCC (André Vitorino, Bernardo Vieira, Diogo Sacramento e Ivo Rodrigues) e seis do parceiro húngaro, com o objetivo de dar visibilidade às pessoas com deficiência nos meios em que estas se inserem.

A aposta foi numa forte vertente pública, nomeadamente pela divulgação através das redes sociais, internet e comunicação social, mas também pela realização de atividades na comunidade.

Em Portugal, o conjunto de ações incluiu, entre outras, um debate sobre o olhar dos Media e da sociedade sobre as pessoas com deficiência, uma iniciativa que permitiu experimentar diversos jogos do género sala de fuga, que simbolizavam os obstáculos do quotidiano, ou a produção de um vídeo, através do qual se pretendeu promover a inclusão através do combate aos estereótipos.

O sucesso do projeto «Here We Are» levou,



entretanto, ao desenvolvimento de uma espécie de segunda versão, com os mesmos intervenientes e também com o apoio do programa europeu Erasmus+, mas desta vez sob a designação «Still Here».

Será nesse âmbito que, até julho do próximo ano, serão realizadas diversas iniciativas com o propósito de sensibilizar a população para temas como a equidade e os

direitos humanos das pessoas com deficiência. A Eurodesk é uma rede europeia de informação, apoiada pela Comissão Europeia, dirigida aos jovens e aos profissionais da área da juventude. Presta informação e promove oportunidades de formação, emprego, projetos e eventos no espaço europeu e dispõe de serviços e parceiros em 31 países, tanto organismos governamentais como organizações não governamentais.

A2000, SANTA MARTA DE PENAGUIÃO

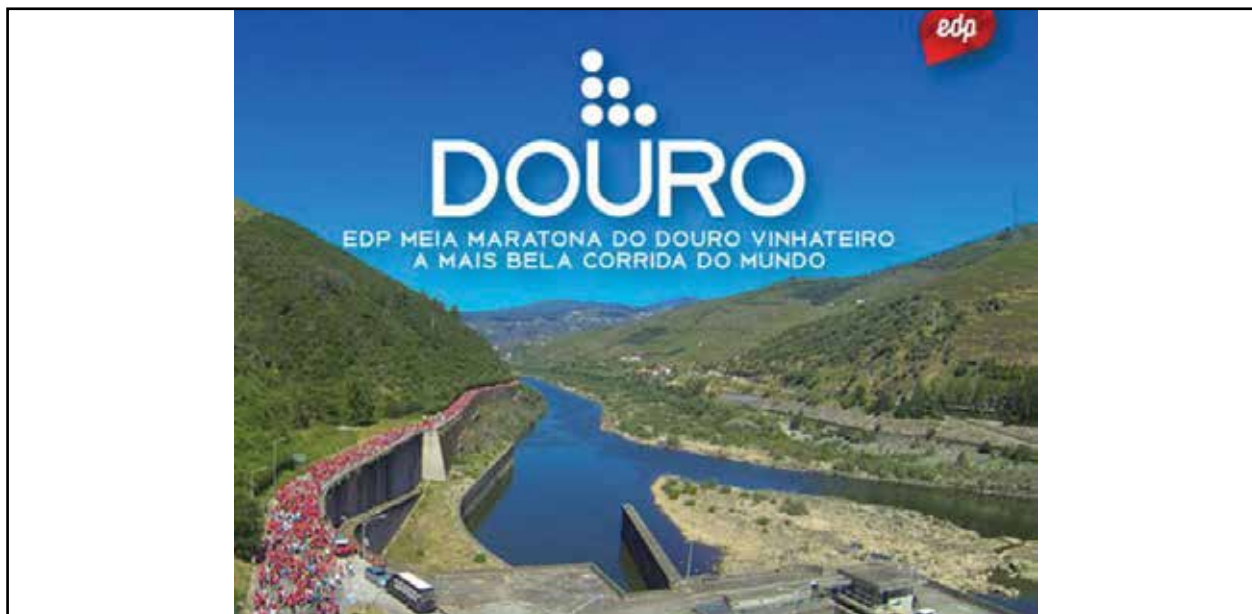
## Correr uma das mais belas maratonas do mundo e ser solidário

A solidariedade pode (e deve) expressar-se das mais diversas formas. Fundamental, é ser solidário.

Nesse sentido, e juntando o útil ao agradável (leia-se, fazer desporto e desfrutar de uma das mais belas paisagens do Mundo), a A2000 – Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento convida todos a participarem na «EDP Meia Maratona do Douro Vinhateiro», sendo solidários ao mesmo tempo.

Para tal, basta que façam a inscrição na A2000 até ao dia 10 de Maio. Desta forma, metade do valor da inscrição reverterá a favor da instituição que cobre uma vasta área de Trás-os-Montes, e não só, no apoio a pessoas com deficiência e desempregados e longa duração, entre outros.

Recorde-se que o valor da inscrição é de (apenas) cinco euros.





FUNDAÇÃO AGA KHAN, LISBOA

# Criar e partilhar conhecimento em torno de problemas societais

Criada em 1967 pelo imam ismaili Aga Khan, chegou a Portugal em 1983 e adquiriu o estatuto de IPSS em 1996. A Fundação Aga Khan Portugal integra a Rede Aga Khan para o Desenvolvimento (AKDN), que reúne um conjunto de organizações, lucrativas e não lucrativas, com o objetivo de melhorar as condições e a qualidade de vida das populações mais vulneráveis. Apostando em áreas temáticas específicas, a instituição investe forte na criação e partilha de conhecimento, focando a sua ação em questões societais.

Em Portugal, a Fundação Aga Khan trabalha na investigação-ação de áreas como o desenvolvimento da infância, educação, sociedade civil, inclusão económica e seniores.

Na generalidade das intervenções, “sempre em parceria”, como sublinha Karim Merali, CEO da instituição no nosso país, a Fundação não desenvolve respostas sociais típicas, exceção à gestão do Centro Infantil dos Olivais Sul, em Lisboa, que o Instituto da Segurança Social, em 2009, desafiou a assumir, e que promove as respostas de creche, pré-escolar.

Para os responsáveis da Fundação, este caso “tornou-se um laboratório vivo para partilhar conhecimento, inspirar outros e a partir do qual se desenvolvem programas que colocam em prática os princípios estudados.

A vertente do conhecimento é essencial para a Fundação Aga Khan, daí as suas intervenções serem sempre pensadas a médio-longo prazo.

“Somos muito focados e sabemos tirar as lições, por isso é que em cada intervenção nossa há uma grande componente da gestão do conhecimento, de forma a validar as respostas que podem ser desenvolvidas e replicadas, escaladas ou influenciar políticas públicas”, refere Karim Merali, explicando: “As nossas intervenções levam-nos sempre a olhar para desafios que a sociedade poderá estar a sentir ou a vir a enfrentar e que poderão causar grandes danos à sociedade no seu geral. Olhando dessa forma, e alguns são desafios societais, como a demografia e o envelhecimento, procuramos desenvolver, sempre em parceria, nunca sozinhos, respostas que possam vir a trazer benefícios para as comunidades e para a sociedade. Estes desafios não têm uma resposta tipo Nescafé, são desafios de longo prazo e há que fazer esse investimento”.

Nesse sentido, a ação da Fundação Aga Khan desenvolve-se por áreas temáticas, como acima referido.

Na área do Desenvolvimento da Infância o programa desenvolvido valoriza os primeiros anos de vida e coloca o foco na qualidade da aprendizagem, fortalecendo o desenvolvimento das crianças, famílias e dos profissionais. Neste campo, para além da gestão do Centro Infantil



de Olivais Sul e do apoio a amas, a instituição promove ainda serviços integrados para a infância, programas de literacia familiar e de apoio à parentalidade, apostando ainda no desenvolvimento profissional contínuo.

Na vertente da Educação, o trabalho da Fundação aposta decisivamente na qualidade em educação, na educação jovem e adulta e no programa nacional de educação estética e artística e, ainda, na criação e desenvolvimento da rede e selo intercultural das escolas.

Na área da Sociedade Civil a ação da instituição procura a inclusão e o desenvolvimento sustentável das comunidades, algo também implícito na área da Inclusão Económica, pois esta procura criar redes de empregabilidade ou promover práticas inclusivas.

Por fim, na vertente dos mais velhos, o Programa Seniores procura, principalmente, a melhoria de vida dos idosos. A prioridade é garantir o bem-estar dos mais velhos, através de densas redes de cuidados formais e informais, promovendo a sua participação e representação

na sociedade e valorizando-os como recurso de conhecimento na comunidade. É neste âmbito que a Fundação Aga Khan tem uma parceria com o Patriarcado de Lisboa.

À partida poderia parecer estranho, mas não. É que sendo a Fundação Aga Khan uma instituição criada no seio da comunidade ismaili, um ramo do Islão representado pelo Rei Aga Khan, a sua associação com um organismo da Igreja Católica poderia parecer estranho.

“A parceria vai para além dos idosos e do envelhecimento”, começa por referir Karim Merali, acrescentando: “Esta parceria representa a importância de termos em ação tudo aquilo que dialogamos sobre o que são os valores universais e transversais à sociedade. Este trabalho com o Patriarcado é o dar ação institucional àquilo que nos une. Penso que esta parceria vai muito mais além do trabalho em torno do envelhecimento, abrangendo esta dimensão que demonstra aquilo que são os valores universais, transversais a religiões, raças ou continentes”.

Sobre isto, o CEO da Fundação em Portugal



recorda que a ação e o espírito da instituição se baseia naquilo que os islâmicos chamam de “consciência social do Islão, através da qual, ou das tradições abraâmicas, sendo mais abrangente, e que a Fundação ajuda, de uma forma institucional e pragmática, a traduzir”, ou seja: “A responsabilidade de todos nós, que temos condições mais favoráveis, de contribuir ou ajudar os que estão em estado de maior privação ou de desafios, de poder ajudá-los para que eles possam chegar a um nível que, os próprios, identifiquem como de qualidade de vida”.

Mas Karim Merali aprofunda ainda mais esta essência da Fundação: “Sabendo que há um princípio, comum e universal, que nos diz que a dignidade humana não é negociável. Nesse aspeto, é nossa responsabilidade contribuir para que essas pessoas e comunidades possam atingir um nível em que sejam autossuficientes, tenham conhecimento e sejam capazes de conduzir o seu processo sem serem reféns de ninguém. No fundo, todas as dimensões que as pessoas merecem e que contribuem para que a sociedade seja mais próspera, segura e inovativa”.

De inspiração religiosa, mas ação laica, a Fundação, segundo Karim Merali, nunca foi alvo de discriminação por inspirar a sua ação no Islão.

“No global, nunca senti qualquer discriminação, até porque na sociedade portuguesa as comunidades não impõem logo a barreira religiosa”, defende, contando a única situação em que houve alguma desconfiança inicial: “Diretamente com os beneficiários nunca tivemos problemas de discriminação, com uma única exceção, mas que compreendemos perfeitamente. Foi quando assumimos o Centro Infantil dos Olivais Sul. O processo de transferência de gestão decorreu num espaço temporal mínimo, não foi bem comunicado e os pais sentiram alguma desconfiança com o que se estava a passar e não sabiam quem nós éramos. Começaram por questionar o facto de sermos muçulmanos, sendo que isto aconteceu no pico dos acontecimentos envolvendo muçulmanos e que a Imprensa noticiava diariamente. Não disseram que não queriam, mas houve um questionamento. Mas com um par de reuniões a questão foi ultrapassada e, diga-se, o Instituto da Segurança Social esteve sempre connosco neste esclarecimento, o que deu grande conforto aos pais que foram apanhados numa situação inesperada. De resto, não sinto qualquer discriminação, antes pelo contrário, pois temos o protocolo com o Patriarcado de Lisboa, com quem trabalhamos muito bem em diversas frentes”.

Este sentimento estende-se tanto ao Estado como às outras IPSS.

“Se falarmos em termos de entidades públicas e do Estado, não sentimos qualquer discriminação. Conhecem-nos, quando não nos conhecem tentam-nos perceber, sabem que somos uma instituição internacional que opera em diversos países, especialmente na Ásia e em África, e que trazemos a tal experiência e conhecimento de ajudar no desenvolvimento. Dos pares também não. Poderá, uma ou outra vez, acontecer tentarem perceber melhor quem é que nós somos. E isto porque os tempos atuais não ajudam muito quando se fala que é uma instituição muçulmana. Pode haver não uma



desconfiança, mas uma maior curiosidade em perceber-nos melhor”.

Para além disso, com base em alguns levantamentos que a instituição fez recentemente, “quando se fala da Fundação Aga Khan a reação é sempre muito positiva, por vezes não sabem o que faz, mas o sentimento é bom”, e Karim Merali lembra ainda que “Sua Alteza nas últimas visitas que tem feito a Portugal tem agradecido e enaltecido a forma como o Estado e os portugueses têm recebido a Fundação”.

É conhecida a boa saúde financeira da Fundação Aga Khan, mas isso tem uma explicação, segundo o CEO da instituição em Portugal.

“Como somos muito criteriosos naquilo que achamos que podemos acrescentar valor, não vamos a todas porque achamos que já há quem faça muito bem, vamos procurando onde podemos fazer a diferença e dedicamo-nos a essas áreas. Com pensamento de longo prazo e sabendo que os nossos recursos são capazes de alimentar, temos sido capazes de mobilizar em torno disso e de dar essa resposta”, revela, acrescentando: “E quando o fazemos sabemos o caminho que temos a percorrer. Nesse sentido não entramos em grandes aventuras que nos possam trazer dissabores. Não procuramos financiamento para isto ou para aquilo, focamo-nos nos desafios sociais, como o do envelhecimento ou, como no início do século, o da globalização e quais impactos que iria trazer, e desenvolvemo-los. Com esta forma de pensar não entramos em grandes aventuras e depois somos muito criteriosos na gestão dos financiamentos que nos vão chegando. Sabemos que os recursos próprios conseguimos fazer X e desenvolver essa resposta, se houver mais podemos alargar e multiplicar e assim vamos desenvolvendo o nosso trabalho. Normalmente, a saúde financeira da instituição tem esta preocupação de olhar a médio-longo prazo, por isso os nossos orçamentos são trabalhados a 10 anos”.

Segundo Karim Merali a sustentabilidade é um conceito fundamental que deve ser posto em prática não apenas na vertente financeira.

“Quando olhamos para os nossos projetos,



para a nossa intervenção no global, a sustentabilidade é claramente uma palavra-chave, mas a sustentabilidade não é só financeira, esta é apenas uma das componentes. Há toda uma sustentabilidade intelectual, que é fundamental, de justiça, de independência. Todas estas dimensões são fundamentais, se aquilo que for desenvolvido é capaz de ser”, argumenta, prosseguindo: “Por isso é que a Fundação trabalha sempre com as comunidades, sempre em parceria, sempre a co construir. Pensando sempre também na sustentabilidade dessas comunidades e dessas pessoas, porque chegados ao fim do dia elas têm que dizer que foram elas próprias que conseguiram, não foi a Fundação. As comunidades são donas do seu processo. E o que a experiência nos tem dado ao longo da vida é que sempre que conseguimos acreditar na solução que as pessoas nos trazem, estas normalmente dão certo, se lhe acrescentarmos algumas dimensões, sempre partindo do que nos dizem, porque as pessoas e as comunidades sabem o que querem para si”.



OS PIONEIROS – ASSOCIAÇÃO DE PAIS DE MOURISCA DO VOUGA, ÁGUEDA

## Secretária de Estado da Inclusão visitou Residência Autónoma

A secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência, Ana Sofia Antunes, esteve n'Os Pioneiros – Associação de Pais de Mourisca do Vouga, concelho de Águeda, onde visitou a Residência Autónoma, uma resposta social a funcionar desde dezembro de 2018, na localidade de Agueira.

Esta resposta social tem por objetivo geral o acolhimento de jovens e adultos portadores de deficiência, de idade igual ou superior a 16 anos, que, mediante um apoio mínimo, possuem capacidade de viver autonomamente, de modo a permitir a sua inserção social e profissional.

A governante fez-se acompanhar pelo seu adjunto João Pedro Baião, pelo diretor do Centro Distrital da Segurança Social de Aveiro, Fernando Mendonça, e ainda pelo Presidente da Câmara Municipal de Águeda, Jorge Almeida, entre outras personalidades locais e diversos elementos dos órgãos sociais da instituição.

Na visita à Residência Autónoma, a secretária de Estado descerrou uma placa de agradecimento, tendo a comitiva de seguida visitado a Empresa Ramalhos a fim de conhecer de perto o local de trabalho de dois dos residentes que ali têm um contrato de trabalho sem termo.

“É de louvar esta empresa que, não recorreu a nenhuma medida de apoio, por ter nos seus



quadros funcionários que têm algumas diferenças dos demais trabalhadores. É ainda exemplo de que é possível conciliar o sucesso empresarial com a responsabilidade social”, referiu o presidente d’Os

Pioneiros, José Carlos Arede, acrescentando: “Os Pioneiros vão continuar a sua missão, procurando ter uma postura ativa no campo da promoção da inclusão”.

CÁRITAS DIOCESANA DE COIMBRA

## Investigação procura utilizar a tecnologia no envelhecimento ativo

A Cáritas Diocesana de Coimbra apresentou o resultado do seu mais recente trabalho de investigação na 7.ª edição da Conferência WorldCist’19, no passado mês de abril, na ilha de La Toja, em Espanha.

O artigo «Usability evaluation of a Virtual Assistive Companion» apresenta os resultados de um estudo de usabilidade levado a efeito em diferentes equipamentos sociais da instituição, envolvendo tanto utentes, como profissionais na avaliação da tecnologia CaMeLi.

Os resultados sugerem que os assistentes virtuais, como é o caso do CaMeLi, são uma tecnologia promissora para o «ageing in place», dada a sua forte componente de interação social facilitadora da inclusão social.

A metodologia implementada permitiu também extrair um conjunto de sugestões de melhoria que

esta tecnologia deverá acomodar no futuro, aumentando assim o seu nível de aceitação e adoção pelos seus utilizadores finais.

Os resultados desta investigação e a metodologia aqui aplicada serão considerados no protocolo de avaliação da solução tecnológica que está a ser desenvolvida no projeto DAPAS, no qual a Cáritas de Coimbra é parceira.

O projeto DAPAS visa integrar os resultados de sucesso de projetos anteriores da comunidade AAL – Ambientes de Vida Assistidos, desenvolvidos a partir de diferentes empresas em diferentes países. Essas soluções inovadoras estão a ser combinadas num único produto que pode ser distribuído numa escala maior para melhorar a qualidade de vida de muitas pessoas.

O DAPAS é cofinanciado pelo Programa Conjunto

Europeu AAL (Ambientes de vida ativos e assistidos – TIC para o envelhecimento, 2017) e, no caso português, pela Fundação de Ciência e Tecnologia.

Recorde-se que a Cáritas de Coimbra tem desenvolvido atividades de investigação em colaboração com a Universidade Aveiro e o Instituto Pedro Nunes, no sentido de promover sinergias e troca de aprendizagens entre a Academia e o Sector Social Solidário.

O mais recente resultado desta colaboração foi a publicação do artigo acima referido, enquadrado no tópico «Human-Computer Interaction».

Os resultados apresentados refletem a rotina das pessoas mais velhas do Centro de Dia do Centro Rainha Santa Isabel e os resultados desta investigação e a metodologia aplicada serão considerados no protocolo de avaliação da solução tecnológica que está a ser desenvolvida no projeto DAPAS.

10.ª EDIÇÃO DO PRÉMIO BPI “LA CAIXA”

## Candidaturas ao BPI Capacitar até 27 de maio

Estão abertas as candidaturas à 10.ª edição do Prémio BPI “la Caixa” Capacitar, uma iniciativa que visa apoiar projetos que promovam a melhoria da qualidade de vida, a ocupação e a autonomia de pessoas com deficiência ou incapacidade permanente em situação de vulnerabilidade social.

Criado em 2010, o Prémio Capacitar já atribuiu 5.375 milhões de euros, distribuídos por 168 projetos de norte a sul do país e ilhas.

Os Prémios BPI “la Caixa” 2019 são uma

iniciativa conjunta do BPI e da Fundação “la Caixa” e destinam-se a apoiar financeiramente projetos que promovam a melhoria da qualidade de vida e a igualdade de oportunidades de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

No total são cinco os prémios BPI “la Caixa”, no valor de 3.75 milhões de euros, para apoiar projetos de instituições privadas sem fins lucrativos, a executar em território nacional.

Os prémios inserem-se na política de responsabilidade social do banco e são financiados

pela Fundação “la Caixa”. As duas entidades estabeleceram um acordo de colaboração para o desenvolvimento de projetos de carácter social e cultural em Portugal após a entrada do BPI no grupo CaixaBank.

Com as candidaturas aos prémios Infância, Solidário e Seniores já encerradas, as IPSS ainda se podem candidatar ao BPI Capacitar, para projetos para pessoas com deficiência, até ao dia 27 de maio, ou ao BPI Rural, para as ações sociais de âmbito rural, de 28 de maio a 25 de junho.



CERCIPOM, POMBAL

## Mega Aula de Zumba no lançamento de mais um Pirlampo Mágico

A CERCIPOM - Cooperativa de Ensino e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Pombal vai fazer o lançamento da Campanha Pirlampo Mágico'19, em Pombal, no próximo dia 18 de maio, a partir das 16h00, no Pavilhão das Atividades Económicas, em Pombal.

A instituição fará o lançamento numa Mega Aula de Zumba, com o objetivo de divulgar a campanha de forma alegre, divertida e saudável.

A Mega Aula de Zumba é aberta a todos os que pretendam participar e aliar o exercício físico ao espírito solidário.

Relembre-se que a Campanha Pirlampo Mágico (CPM) é uma iniciativa solidária de âmbito nacional, iniciada em 1987, e que pretende alertar a sociedade portuguesa para a situação das pessoas com deficiência intelectual e multideficiência e para o trabalho desenvolvido pelas organizações que as apoiam.

A Campanha, organizada pela RTP, Antena 1 e



pela FENACERCI, tem a chancela da Presidência da República, decorre este ano entre os dias 17 de maio e 9 de junho.

Refira-se que o Pirlampo Mágico é hoje um dos maiores símbolos de solidariedade social em Portugal. A causa social a que está associado – o apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência intelectual e/ou multideficiência – confere a este ícone um estatuto de grande credibilidade e impacto mediático que muito tem contribuído, através da angariação de fundos, para o sucesso das intervenções que têm sido desenvolvidas junto destes nossos concidadãos.

O objetivo e o sucesso desta campanha ficariam comprometidos sem a colaboração dos órgãos de comunicação social, de figuras públicas ligadas aos vários quadrantes da vida nacional, de empresas e, ainda, da indispensável adesão voluntária de milhares de pessoas.

ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA MONTEPIO, LISBOA

## 5ª Corrida Pelicas junta desporto, diversão e solidariedade

É já no próximo dia 12 de maio que vai para a estrada a quinta edição da Corrida Pelicas, que tomará conta do Estádio do Inatel, em Lisboa, a partir das 9h30, prometendo ser uma manhã desportiva em família, com muita diversão e surpresas para os mais novos.

A Corrida Pelicas destina-se a crianças dos 5 aos 13 anos, mas a iniciativa estende-se a toda a família.

Ao longo da manhã as crianças poderão usufruir de um dinâmico programa destinado a estimular hábitos de vida saudável e a desenvolver o espírito de equipa. Entre atividades lúdicas e desportivas, os participantes poderão praticar ginástica, experimentar jogos tradicionais, brincar no insuflável Pelicas, assistir a teatrinhos e ganhar vouchers para o Jardim Zoológico, o Aquashow e as Malo Clinics, além

de um saco desportivo, t-shirt e lancheira com merenda.

Todos os participantes na Corrida Pelicas ganham uma medalha estando reservado um troféu para os vencedores.

“A Corrida Pelicas é mais que uma manhã diferente para as nossas crianças. É uma iniciativa orientada à promoção de um estilo de vida saudável e da realização de atividades ao ar livre. É também um evento desportivo que se reveste de cariz solidário e que nos tem permitido afetar a receita das inscrições a diversas instituições de solidariedade social”, explica Ana Rita Branco, diretora de Comunicação, Marketing e Canais da Associação Mutualista Montepio, promotora do evento.

Este ano, o valor angariado pelas inscrições



na Corrida Pelicas reverterá, na totalidade, para a SOL – Associação de Apoio a Crianças com VIH/SIDA e para a APSI – Associação para a Promoção de Segurança Infantil.

As inscrições para a Corrida Pelicas estão abertas no site do evento (<https://www.corrida-pelicas.pt/site/>).

FUNDAÇÃO AFID DIFERENÇA, AMADORA

## Caminhar pela Diferença promove a inclusão através do desporto

A Fundação AFID Diferença promove no dia 19 de maio, a partir das 10h00, a terceira edição da caminhada inclusiva Caminhar pela Diferença.

A III Caminhar pela Diferença terá como ponto de partida o jardim em Alfragide (Parque da Ribeira), ao lado dos terrenos da Fundação AFID Diferença, e chegada na sede da Fundação AFID Diferença sita na Rua Quinta do Paraíso, num percurso de aproximadamente cinco quilómetros.

A caminhada procura aproximar a comunidade da instituição, que apoia jovens com deficiência e crianças e idosos no concelho da Amadora, através da sensibilização para a problemática da deficiência e da inclusão da

pessoa com deficiência na prática desportiva.

“Pretendemos com esta iniciativa sensibilizar a comunidade para a problemática da deficiência, através da prática do desporto e de um momento agradável em conjunto com os amigos, famílias e comunidade”, afirma Domingos Rosa, presidente da Fundação AFID Diferença.

“Estamos convictos que esta iniciativa de carácter solidário irá ter uma forte adesão, elevando o seu grande objetivo que é o de sensibilizar as pessoas para os problemas da deficiência e para dar a conhecer o trabalho desenvolvido pela AFID”, acrescentou.

As inscrições decorrem até dia 17 de maio e são obrigatórias para todos os

participantes (a partir dos dois anos de idade). A corrida é aberta a todos os amigos e familiares da instituição e ainda membros da comunidade da Amadora que procurem fazer a diferença.

O kit da caminhada será entregue na sede da Fundação AFID Diferença, na Rua Quinta do Paraíso, nos dias 16 e 17 de maio, entre as 9h00 e as 18h00.

O valor de inscrição é de cinco euros para o público em geral e de dois euros para clientes e colaboradores da Fundação AFID Diferença. O valor pode ser pago por transferência bancária para o IBAN PT 50 0035 0325 0000 8598 230 39 ou aquando do levantamento do kit da caminhada na sede da Fundação.



SEGURANÇA SOCIAL

# Estatísticas revelam desemprego em queda

O número total de beneficiários de prestações de desemprego foi de 177.130 em março, uma redução de 5,9% face ao período homólogo e de 3,1% comparando com o mês anterior, indicam as estatísticas mensais da Segurança Social.

Em março registaram-se assim menos 11.080 prestações de desemprego relativamente ao mesmo mês do ano passado e menos 5.671 face ao mês anterior.

O subsídio de desemprego foi atribuído a 146.296 pessoas em março, uma queda homóloga de 3,3% (menos 5.004 subsídios) e uma redução de 3,4% em cadeia (menos 5.159).

Também o subsídio social de desemprego inicial registou uma redução de 13,1% em termos homólogos e de 4,9% comparando com fevereiro, tendo sido processados 8.076 subsídios em março.

Já o subsídio social de desemprego subsequente abrangeu 21.569 pessoas, diminuindo 9,9% comparativamente com o período

homólogo, mas registando uma ligeira subida de 0,1% face ao mês anterior.

A medida extraordinária de apoio aos desempregados de longa duração incluiu 2.231 pessoas em março, menos 2.503 (52,9%) em termos homólogos e menos 34 indivíduos (1,5%) considerando fevereiro.

O valor médio mensal do subsídio processado por beneficiário foi de 494,2 euros em março, um aumento de 1,4% face ao mês homólogo e uma redução de 0,6% em cadeia.

Quanto ao subsídio por doença, em março foram atribuídas 145.105 prestações, 60% das quais a mulheres e 39,8% a homens.

Comparando com o mesmo mês de 2018, registou-se uma redução de 3% no número de subsídios por doença. Também face ao mês anterior houve uma queda de 15,2% no total de beneficiários.

As estatísticas da Segurança Social mostram ainda que em março foram processadas 2.030.587 pensões de velhice, uma redução tanto homóloga como mensal de 0,3%. Por



sexo, as mulheres detiveram 52,9% do total de pensões de velhice e os homens os restantes 47,1%.

Foram ainda processadas 704.778 pensões de sobrevivência, uma descida homóloga de 0,1% e uma redução de 0,7% relativamente ao mês anterior. Do total de pensões desta natureza, é o sexo feminino que continua a deter a maioria (81,7%).

Já a concessão de pensões de invalidez subiu 0,6% quer em termos homólogos como em cadeia, para 178.541 pensões, com o sexo masculino a deter a maioria (52,2%).



## SOFTWARE ESPECÍFICO PARA A ECONOMIA SOCIAL

+ de **3000** clientes

Gestão e organização integrada de todas as áreas das entidades do setor social com software Líder de Mercado.

Garantia de apoio ao cumprimento das obrigações legais e fiscais.

Controlo mais eficaz e transparente de todos os processos.

Maior rentabilização dos recursos.

Recolha de informação de apoio à tomada de decisão.

**OTIMIZE OS PROCESSOS** administrativos e **MELHORE A GESTÃO** estratégica da sua instituição.



SALÁRIOS	UTENTES	SÓCIOS	PROCESSO INTEGRADO DO UTENTE	PROCESSO CLÍNICO E SOCIAL	CLÍNICA	BLOCO OPERATÓRIO	INTERNAMENTO	PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA	UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS
TESOURARIA	CONTABILIDADE	STOCKS	REGISTO DE ATIVIDADES DIÁRIAS	APOIO DOMICILIÁRIO	RECURSOS HUMANOS	IMOBILIZADO	MAILING	ESCALAS DE SERVIÇO	VIATURAS

**REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS. ESTÁ PREPARADO?**

CONSULTORIA RGPD | SERVIÇOS DE APOIO À IMPLEMENTAÇÃO

SERVIÇOS DE ACOMPANHAMENTO À IMPLEMENTAÇÃO RGPD | FORMAÇÃO RGPD

**100% WEB**



**esocial**

NOVA PLATAFORMA WEB para a gestão dos processos administrativos, sociais e de gestão das organizações.

MODERNIDADE | EFICÁCIA | EFICIÊNCIA | PRODUTIVIDADE



# XIII festa da solidariedade

**7 de Junho 2019**

**Praça do Município - Vila Real**

**9h00 às 13h00**

Seminário:

**Garantir os Valores com Sustentabilidade  
Financeira – Desafio para as Instituições**

**10h00**

**Festa da Solidariedade**

**10 de Maio a 6 de Junho**

**Chama da Solidariedade**





FESTA DA SOLIDARIEDADE 2019

# Vila Real acolhe dia 7 de junho celebração do espírito solidário

A XIII Festa da Solidariedade toma conta da praça do município de Vila Real no próximo dia 7 de junho, evento que pretende festejar o espírito solidário. Um seminário «Garantir os valores com sustentabilidade financeira - Desafios para as Instituições» preencherá a manhã e a animação de palco, com a participação de várias IPSS, tomará a tarde até ser noite. Entretanto, já no dia 10 de maio a Chama da Solidariedade inicia, em Valpaços, a viagem pelo território vila-realense rumo à capital de distrito, onde chegará dia 6 de junho.

No próximo dia 7 de junho a cidade transmontana de Vila Real acolhe a 13ª edição da Festa da Solidariedade, iniciativa que a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) promove desde 2007 em parceria com as Uniãos Distritais.

Depois de Setúbal em 2018, a celebração da solidariedade sobre no mapa e vai para o coração da região Norte, território que fica para lá do Marão, logo... solidários são (também) os que lá estão.

Tal como nas anteriores edições, a Festa não se resume ao programa de dia 7, pois, já a partir de 10 de maio e até dia 6 de junho, a Chama da Solidariedade percorrerá o distrito vila-realense, passando por vários concelhos.

O programa da XIII Festa da Solidariedade, que este ano pela primeira vez decorre a uma sexta-feira, como que arranca na véspera (dia 6) com a chegada do facho solidário à capital de distrito.

À chegada será celebrada uma eucaristia na Sé, finda a qual a Chama será deslocada para os Paços do Concelho, onde pernoitará. Haverá, então, o primeiro momento de animação na praça fronteiriça à sede do município, com música e dança.

No dia 7, o evento reparte-se por dois momentos, repetindo o formato de Setúbal'18 mas concentrado num único dia.

Assim, os claustros do edifício do antigo Governo Civil de Vila Real recebem o seminário «Garantir os valores com sustentabilidade financeira - Desafios para as Instituições», com início marcado para as 9h30, onde dirigentes e técnicos poderão debater questões intrinsecamente ligadas à vida das instituições.

Findos os trabalhos, haverá um almoço convívio no restaurante panorâmico da UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Paralelamente, a Chama da Solidariedade será a protagonista da Mostra Escolar do concelho de Vila Real, momento para mais de 800 crianças das escolas locais sentirem um pouco o calor do lume solidário.

A parte da tarde está reservada para a festa propriamente dita e que começará com a passagem da Chama por algumas IPSS da cidade rumo aos Paços do Concelho.



Aí, para além do momento mais institucional, com intervenções de diversos dirigentes e entidades, a tarde será preenchida por animação em palco com a participação de grupos oriundos de diversas instituições.

Por outro lado, no dia 10 de maio, a Chama da Solidariedade iniciará o seu périplo pelo distrito de Vila Real, estando para esse dia marcada a passagem do facho solidário da UDIPSS de Setúbal para a de Vila Real, ato acolhido pela cidade de Valpaços.

Dali até à capital de distrito, a Chama da Solidariedade estará dia 13 de maio na vila de Boticas, dia 15 no município de Mesão Frio, dia 16 na vila de Sabrosa, dia 20 em Vila Pouca de Aguiar, dia 22 na cidade de Chaves, dia 24 na vila de Santa Marta de Penaguião, dia 30 na vila de Montalegre e dia 3 de junho na vila de Mondim de Bastos.

Para Borges Machado, presidente da UDIPSS Vila Real, “a passagem da Chama pelos diversos concelhos do distrito serve precisamente para mostrar que há gente que anda a fazer muito e bem pelos outros”.

O presidente da União Distrital, que conta com 78 associadas das pouco mais de 90 que existem no território, sublinha as dificuldades que as instituições do distrito atravessam, especialmente pelas questões da “desertificação e envelhecimento da população” e da “dificuldade em recrutar recursos humanos” devido aos baixos salários, “que nas IPSS estão todos esmagados”.

Por isso, Borges Machado desafia o poder local a apoiar as instituições, ressaltando que alguns concelhos já o fazem.

“É fundamental que os responsáveis pelo poder local apoiem as IPSS e temos alguns concelhos em que isso acontece, com a redução do preço da água ou da taxa de saneamento e alguns apoiam até nas mensalidades dos utentes. É importante que não seja apenas o Estado

Central a apoiar, mas que cada concelho promova também algum apoio às IPSS consoante as suas singularidades territoriais e populacionais”, afirma, acrescentando: “Somos um distrito que tem as dificuldades que a maior parte dos distritos do interior tem, em especial a desertificação e a falta de recursos humanos, uma população muito envelhecida e, depois, temos muitas aldeias muito dispersas pelo território, para já não falar da orografia. Como diz o povo, aqui são nove meses de inverno e três de inferno, pois faz sempre muito frio, e não há compensação nenhuma em termos de gastos com a energia e com as muito longas distâncias percorridas”.

E se utentes não faltam, especialmente na área dos idosos, já o recrutamento de recursos humanos é o novo problema com que as instituições transmontanas se debatem.

Para além destes, “outro é o grande número de multas”, sublinha, explicando: “As IPSS estão a ser constantemente multadas pela Segurança Social, a legislação não mudou, mas estão a fazer exigências que não faziam. Depois há freguesias e aldeias que não conseguem ter quadros dirigentes com habilitações para gerir melhor as instituições. Para além de que ser dirigente de uma IPSS nos dias que correm é ser apontado como alguém que se porta mal”.

Por fim, Borges Machado deixa um desafio a todas as IPSS associadas da CNIS: “Independentemente das despesas que possamos ter com a deslocação dos utentes até Vila Real, esta é uma atividade que se realiza uma vez por ano e é importante participar e passar uma imagem positiva deste mundo das IPSS. A Festa da Solidariedade serve para exultar os valores das IPSS e, por isso, gostaria muito de contar com a participação de IPSS de outros distritos para fazermos uma grande celebração da solidariedade”.



ELEUTÉRIO ALVES, VICE-PRESIDENTE DA CNIS

# A Festa da Solidariedade é um momento alto na promoção e defesa dos interesses das IPSS

**A Festa da Solidariedade é já uma tradição da CNIS. Qual a importância desta iniciativa nos tempos que correm?**

A Festa da Solidariedade completada com a Chama da Solidariedade foi um evento iniciado nos mandatos do padre Lino Maia que rapidamente se constituiu como uma marca da CNIS no Sector Social Solidário. É interessante que não é a direção da CNIS que escolhe o local da festa. A escolha é por candidatura das Uniões, normalmente por disponibilidade de uma delas, e isto mostra o interesse que a iniciativa desperta. Junta dezenas de instituições, milhares de participantes e é um momento alto na promoção e defesa dos interesses das instituições, porque ao longo de um mês fala-se de um sector que cada vez mais merece o reconhecimento de todos pelo seu papel na construção de um país mais solidário e de uma sociedade mais feliz. Serve também para mostrar as boas práticas que diariamente as IPSS disponibilizam para que os serviços que prestam sejam de qualidade e úteis às populações.

**A escolha de Vila Real para a 13ª edição tem alguma justificação específica?**

Vila Real foi escolhida por vontade da União Distrital que manifestou disponibilidade e gosto em partilhar com a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade a realização da Festa

numa região que também ela se afirma pelos valores da solidariedade, da igualdade e da justiça social.

**Qual é o figurino desta Festa?**

Esta Festa decorre em dois tempos, com a Chama da Solidariedade que percorre todos os concelhos do distrito, entre os dias 10 de maio e 6 de junho com início em Valpaços, e a Festa em recinto público na cidade de Vila Real no dia 7 de junho a partir das 10h00. Tem havido um grande apoio das autarquias e das instituições locais na organização das atividades concelhias da Chama e esperamos ter em Vila Real no dia 7 de junho uma grande re-entadação nacional de IPSS.

**Há um seminário programado para o dia 7 de junho. Qual é o tema?**

A pedido da União Distrital, a CNIS escolheu o momento da Festa deste ano para organizar um seminário já programado no Plano de Atividades, aproveitando a oportunidade de muitos dirigentes e técnicos se deslocarem para a Festa, poderem durante a manhã participar num encontro onde se abordem as dificuldades que as IPSS sentem, para conciliar a sua missão de apoio e os valores que defendem e estão obrigadas a promover, com a sustentabilidade financeira que cada vez é mais frágil porque cada vez mais os custos das nossas

obrigações aumentam e as receitas dos nossos apoios diminuem. Por isso escolhemos o tema: Garantir os valores com sustentabilidade financeira - Desafios para as Instituições.

**Alguma razão especial para que se faça esta iniciativa nos dias da semana?**

A Festa começou por ser num sábado, mas vimos verificando que cada vez se torna mais difícil mobilizar instituições, utentes, colaboradores e dirigentes ao fim de semana. Num dia útil, as instituições estão a funcionar em pleno, os utentes estão nos equipamentos e é mais fácil promover atividades onde todos possam participar sem ter necessidade de prescindir dos dias de descanso ou da sua vida familiar.

**Que mensagem gostaria de deixar aos leitores do Solidariedade?**

Apenas uma mensagem de esperança e que os cidadãos e famílias continuem a acreditar no trabalho que as IPSS fazem diariamente para que os mais carenciados, os desprotegidos, os excluídos da sociedade, todos aqueles a quem a vida tem trazido dificuldades, desânimo e abandono possam também ter acesso a uma existência digna e feliz, porque nas IPSS não esquecemos que a pessoa é o centro do nosso mundo.

RUI SANTOS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL

# Vai ser a melhor Festa da Solidariedade de sempre

**Como vê o papel das IPSS na coesão social no concelho de Vila Real?**

As IPSS do concelho de Vila Real desempenham um papel fundamental na coesão social, na medida em que prestam apoio social aos mais vulneráveis, conseguindo chegar mais perto das populações. Sendo por vezes as primeiras a detetar e a ajudar em situações complicadas ou de difícil resolução. Destaco ainda que as IPSS são um importante empregador que ajuda, e muito, a economia local no concelho de Vila Real.

**Como é a relação da Câmara Municipal com as IPSS do concelho?**

É uma relação de estreita complementaridade. Vemos nas IPSS parceiros de confiança e com capacidade para ajudar a implementar as políticas sociais no concelho.

**E em que medida se materializa esse trabalho conjunto, de parceria?**

Desde logo no Conselho Local de Ação Social, onde se discutem e se avaliam caminhos para a promoção e execução dos apoios sociais, às populações que deles necessitam. Entendemos esta parceria como fundamental para o desenvolvimento estratégico da política social que queremos implementar no nosso território. O município disponibiliza vários programas sociais, quero evidenciar aqui, o programa específico «PRO+», onde comparticipamos, em 50%,

a despesa da fatura da água às IPSS. Reflexo desta ligação estreita é a participação de várias IPSS em atividades, das quais destaco o «Espaço Memória» e os «Bailes de Primavera e Outono».

**Em que medida as IPSS contribuem para esbater a interioridade das populações, não apenas na cidade e concelho vila-realense, mas (e como edil da capital de distrito) também no território do distrito de Vila Real?**

Tendo em consideração a atuação de proximidade das IPSS, fruto da relação de confiança e qualidade que desenvolvem com as populações, conseguem dar, de forma mais imediata e eficaz, resposta/intervenção aos principais aspetos sociais. Em conjunto com as autarquias locais, as IPSS são um veículo importante para o combate à exclusão social, promovendo, ainda, a igualdade de oportunidades com encontros entre as pessoas das várias localidades, através de diferentes e variadas atividades, fora do local habitual de residência dos utentes, proporcionando, assim, melhor qualidade de vida, inclusão e partilha entre os pares. As respostas sociais que proporcionam são, na maioria das vezes, o garante da continuidade e da subsistência das pessoas em territórios de grande isolamento e baixa densidade populacional.

**Como vê a Autarquia a realização da XIII Festa da Solidariedade na cidade de Vila Real?**

Vila Real assume este evento com orgulho e está empenhada para que as expectativas sejam deveras ultrapassadas, pelo que é uma honra para Vila Real ser parceiro nesta grande festa, onde se valoriza e exorta a solidariedade, que tanto diz às nossas IPSS e ao nosso município. Quando a UDIPPS de Vila Real nos lançou o desafio para sermos parceiros, aceitámos desde a primeira hora com muita satisfação e vontade de colaborar naquela que vai ser a melhor Festa da Solidariedade de sempre.

**Que mensagem deixa aos nossos leitores para os chamar até Vila Real por ocasião da Festa da Solidariedade, mas não só?**

Vila Real, porta de entrada do Douro, Património da Humanidade, com a bela moldura do Marão e do Alvão, é hoje considerada, com grande propriedade, como destino de eleição da biodiversidade, afirmando-se como um concelho ambicioso, que se destaca nos mais variados campos. A excelente gastronomia, a eclética oferta cultural e turística, não só através dos diferentes equipamentos culturais, mas também pelos lindos e variados roteiros turísticos, dão a conhecer as singulares e únicas particularidades do nosso centro histórico, bem como as maravilhosas zonas ambientais envolventes, mostrando uma sociedade cada vez mais evoluída e com qualidade de vida, mas, acima de tudo, Vila Real é uma cidade que sabe receber e, por isso, espera ansiosamente o grande dia da Festa da Solidariedade.



**JOSÉ A. DA SILVA PENEDA**  
*Economista*



## As IPSS serão cada vez mais importantes

Acredito que as Instituições Particulares de Solidariedade (IPSS) vão ter uma importância acrescida no futuro e explico a razão desta minha convicção.

Parte desta ideia resulta da forma como vejo a evolução da sociedade no nosso tempo. Assistimos ao falhanço de duas experiências fundamentalistas. Falhou o estatismo e falhou o fundamentalismo de mercado. Se no fim do século passado caiu o muro de Berlim, no início deste século a crise recente demonstrou o fracasso das teses liberais ou neoliberais, dado que ficou provado que os mercados deixados à sua sorte não são capazes de se auto regular.

Nunca como hoje foi tão necessário apelar que a política seja construída na base de princípios éticos, apoiados num pragmatismo inteligente e flexível. Nunca como hoje foi tão necessário conceber uma política social que

concilie a máxima liberdade com a máxima responsabilidade.

Neste quadro, as IPSS são um fator de esperança com vista a uma sociedade mais justa e, também por isso, mais desenvolvida, desde logo porque são portadoras de um projeto baseado em valores éticos essenciais, têm por princípio a primazia da pessoa e os seus objetivos são, prioritariamente, de natureza social.

De há muito que tenho a opinião que a maior parte dos graves problemas sociais que vivemos precisam muito de soluções locais.

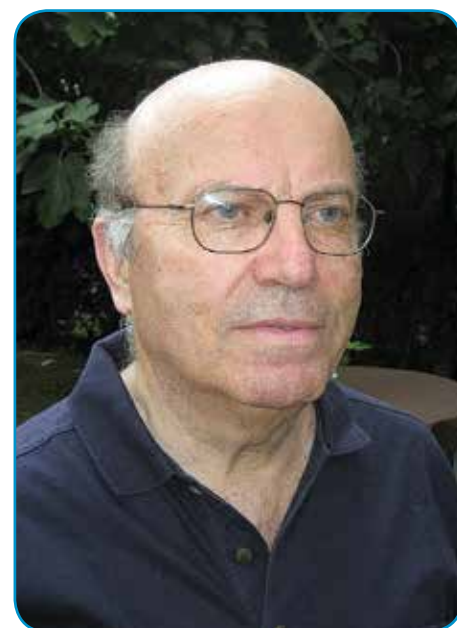
A possibilidade de se poder inovar e conseguir obter soluções diferenciadas e adaptáveis às características dos reais problemas, que são muito diferentes, de caso para caso e de região para região, é a forma mais correta de desenvolver componentes muito importantes das políticas sociais. As IPSS sabem fazer isto muito bem.

Sendo a atitude das IPSS a procura do chamado “bem comum” isso significa também uma opção de vida, através da qual os seus dirigentes assumem responsabilidades que se traduzem numa dádiva de serviço a favor dos outros.

Para além da superioridade de espírito que tal opção revela, a sua utilidade social está para além do serviço que é prestado.

Com efeito, através desta opção de vida identificam-se necessidades emergentes, que só um espaço de liberdade espiritual, de responsabilidade cívica e de uma ligação muito direta ao terreno pode proporcionar.

**ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA**  
*ajsilva@sapo.pt*



## Popularidade e populismo

Em política, nem sempre é fácil distinguir entre popularidade e populismo. É verdade que não estamos perante dois conceitos absolutamente idênticos, mas uma coisa parece certa: não há populismo que, pelo menos inicialmente, não se sustente, de popularidade, em maior ou menor grau. Quase sempre em maior.

Vem isto a propósito da situação política do México, onde se completaram recentemente cem dias sobre a tomada de posse de Lopez Obrador como seu novo presidente, cargo que passou a ocupar na sequência da estrondosa vitória que obteve nas últimas eleições. E falamos de vitória estrondosa, por duas razões principais: pelos números de que se revestiu e pelo facto de ter sido alcançada à terceira tentativa, o que diz bem do seu carácter de político confiante e resiliente.

É habitual os comentadores políticos estarem atentos aos primeiros cem dias de governação de qualquer político investido em funções de liderança, sobretudo quando se trata de chefes de governo ou de estado, já que esse período de tempo pode indiciar o que poderá vir a ser o mandato de que foi investido. Ora o novo presidente mexicano não escapou a este escrutínio e a conclusão que resulta deste exame é a de que

Obrador passou com distinção. As sondagens demonstram que o seu grau de popularidade e de fiabilidade supera largamente os números da sua própria eleição, bem se podendo afirmar que ele está a viver uma lua de mel com o México.

Lopez Obrador é um veterano político da esquerda mexicana, mas que não pretende ficar condicionado por esse rótulo. Com a sua enorme superfície, com mais de cem milhões de habitantes e, sobretudo, com a sua capacidade de produção petrolífera, o México tem muitas das condições necessárias para ser uma das grandes economias do continente americano. No entanto, essas condições não têm chegado, até hoje, para que a sua riqueza potencial tenha conseguido tirar da pobreza uma parte significativa da sua população. Daí que Obrador precise de todos e não queira afastar do seu projecto reformador mesmo aqueles que receiam a chegada de um homem assumidamente de esquerda à chefia do estado.

Para já, o novo presidente tomou medidas que são extremamente populares. Decidiu, por exemplo, cortar nos gastos inúteis ou supérfluos do Estado, tais como na utilização oficial de carros de luxo ou na ocupação de edifícios públicos

desnecessários, cuja construção e manutenção ficam excessivamente caras ao erário público. São ainda medidas simples e aparentemente fáceis de tomar, mas sempre de grande impacto junto estratos mais pobres da população.

As grandes decisões estão ainda por tomar, e só então se verá se Obrador é um político verdadeiramente corajoso, capaz de enfrentar por exemplo os desafios levantados por Donald Trump, no que respeita à política migratória. Até lá, temos de esperar, para sabermos então se a popularidade de Obrador é ou não igual a populismo.



HENRIQUE RODRIGUES

*Presidente do Centro Social de Ermesinde*

# “Coligação negativa”

**1** - Que me lembre, a primeira vez que ouvi falar de coligação negativa foi a José Sócrates, quando o Parlamento chumbou a proposta da PEC 4, que fora aprovada pelos nossos tutores da altura, em Bruxelas.

É bom recordar: depois do aumento de impostos, que os líderes do PS e do PSD de então, José Sócrates e Pedro Passos Coelho, concordaram aplicar aos portugueses – o que levou Passos Coelho a pedir desculpa, afirmando que seria a última vez -, numa espécie de pacto do bloco central de que volta agora a falar-se, embora com outros actores, o PSD, o CDS, o BE e o PCP juntaram os seus votos na Assembleia da República para chumbarem a proposta que o Governo negociara com a União Europeia, contendo um conjunto de medidas penalizadoras que agravariam as medidas de austeridade que vinham já sendo tomadas e que marcaram a vida portuguesa durante 4 anos.

José Sócrates foi logo de seguida falar com o então Presidente da República, Cavaco Silva, apresentar a demissão do Governo – a que se seguiram eleições, com a vitória de Pedro Passos Coelho, depois empossado como Primeiro-Ministro.

Creio que foi o mesmo José Sócrates quem falou em “coligação negativa”, para censurar a aliança entre a direita e a extrema-esquerda parlamentar, com vista ao afastamento do centro político, representado pelo PS, do exercício do poder.

O momento actual reproduz muitos dos tiques de então.

Também agora, a propósito da recuperação do tempo de serviço dos professores, e estando igualmente o PS no Governo, como então, as demais forças com representação parlamentar voltaram a juntar os seus votos para chumbar uma proposta do Governo.

(Tecnicamente, não é bem isso, tratando-se antes de chamada à ratificação parlamentar de um decreto-lei do Governo – mas em substância é o mesmo...)

E também para mimetizar o procedimento de há 8 anos, o Primeiro-Ministro foi falar com o actual Presidente da República, dando-lhe conta da sua intenção de se demitir de o chumbo fosse avante – e prevenindo o País dessa sua intenção.

No momento em que escrevo não se sabe ainda se a ameaça é para levar a cabo; ou se se trata apenas de um jogo de sombras.

O que se sabe é que de novo os responsáveis pelo PS vieram zurzir os partidos e dirigentes políticos envolvidos no chumbo parlamentar, designando a conjugação de votos que se gerou igualmente de “coligação negativa” – como fizera José Sócrates.

**2** – “Coligação”, como se sabe, é um substantivo.

E “negativo/a” um adjetivo.

Como aprendemos na gramática, os adjetivos servem para qualificar os substantivos, normalmente referenciando características próprias, ou intrínsecas, do objecto substantivo.

Se eu disser “céu azul”, estarei a referir uma característica, uma qualidade, um adjetivo – azul -, para caracterizar o substantivo “céu”.

O mesmo se passa em geral: mesa redonda; porta aberta; noite negra; político mentiroso...

Mas, nestes exemplos, trata-se de características que todos reconhecem como intrínsecas, como constitutivas, do objecto.

Não sucede o mesmo com “coligação negativa”. Porquê?

Porque as coligações não têm como característica própria serem negativas.

Por exemplo: a Geringonça é também uma coligação – mas nunca a vi apodada de negativa.

Pelo contrário, tenho visto nos jornais que se trata até de um modelo exportável, um caso de sucesso a nível internacional: uma coligação positiva, portanto, com valor acrescentado.

Mesmo a AD, coligação entre o PSD de Passos Coelho e o CDS de Paulo Portas, que tanto nos fez penar durante os anos de ajustamento, também nunca a ouvi chamar de “coligação negativa”.

Se não é próprio das coligações, em política, serem negativas e se o responsável máximo pelo poder executivo em Portugal, António Costa, a trata assim, importa perguntar: mas negativa porquê ou para quem?

Não será para todos ...

Novo exemplo: o PSD, ou o CDS, ou o BE, ou o PCP, que todos vimos em saudável harmonia, na sala da Comissão Parlamentar, a aperfeiçoar o articulado da Lei, pensarão que a sua momentânea coligação será negativa?

Estou em que não... E que pensam que fizeram boa obra.

Só se for negativa para o Governo, ou para o PS – o que vem a dar no mesmo – já que foi o único partido parlamentar a ficar de fora do concílio.

Tudo isso nada tem de estranho: que uns vejam como negativa uma coligação que outros vêem como positiva é como o poema do António Gedeão: “Cada um é seus caminhos/ Onde Sancho vê moinhos/ D. Quixote vê gigantes/ Vê moinhos, são moinhos/ Vê gigantes, são gigantes”

O que é estranho é que, em meios que deveriam estar fora da área conflitual da luta partidária, como a comunicação social, se tenha adoptado o adjetivo escolhido pelo Governo para a



coligação, em vez da conotação positiva, ou inócua, de outras bandas do espectro.

E, na verdade, apodada por António Costa de “negativa”, logo se viram os noticiários a abrir com a referência à “coligação negativa”, já adoptada como sua pelos jornalistas de serviço – como se o Governo, para além da legitimidade para dar ordens ao pessoal, tivesse ainda uma particular competência semântica e devesse ser seguido mesmo quando disparata (há quem pense que, por definição, nunca disparata... mas sabemos que tal não é verdade).

Onde esperávamos, por ser um sinal de saúde da democracia, uma comunicação social distanciada e crítica relativamente ao poder político, aparece-nos o seguidismo e a contaminação pelos círculos desse mesmo poder.

(É certo que Rui Rio fica a perder neste confronto com António Costa: separa-os uma vida inteira de frequência de mundos separados, sendo um do Porto, da província, e tendo com os jornalistas uma longa carreira de conflito...)

Basta ver que os mesmos que logo qualificaram a coligação como “negativa”, à voz do chefe, logo abriram os mesmos noticiários a saudar o “recuo” de Rui Rio, onde, na verdade, e até ver, não havia recuo nenhum, e a ouvir, como sumidades, antigos dirigentes do PSD, sem nada que os recomende, apenas porque são da oposição interna.

Declaração de interesses: estas minhas apreciações nada têm de afinidade política, ou sugerem qualquer preferência eleitoral; é mesmo só por não gostar que façam de mim (de nós) todos parvos.)

**3** – Embora, afinal, pelo que vou ouvindo, só ao PS interessa a crise política agora – a 4 meses das eleições legislativas e a três semanas das europeias -, deixando o BE e o PCP desolados por a legislatura não ir até ao fim, numa estabilidade que seria o seu cartão de visita para as legislativas.

Mas também só lhe interessa a crise assim, branda e leve, sem dissolução parlamentar e sem eleições antes do tempo – mas reforçado pela imagem de não cedência aos interesses, assim se apropriando do património simbólico que é geralmente associado a Rui Rio.

Onde anda agora, quando a luta começa a doer, o apregoado Bloco Central entre António Costa e Rui Rio?



ASSISTÊNCIA SOCIAL ADVENTISTA, SALVATERRA DE MAGOS

# Crescimento da rede LAPI é sonho mas uma impossibilidade financeira

Conta meio século de vida na ação, mas só 38 como instituição social estatutariamente constituída. Pensada em 1940, tomou forma jurídica apenas em 1980, tornando-se IPSS em 1991, mas já desde 1968 que estava no terreno, através do primeiro Lar Adventista Para Pessoas Idosas (LAPI), sito em Pero Negro, Sintra. Inspirado pela Igreja Adventista do Sétimo Dia, a instituição acolhe e apoia cerca de 300 utentes, essencialmente idosos, e emprega mais de 100 pessoas.

A Quinta de Pero Negro, perto de Sintra, foi onde tudo começou em 1968, para florescer, 14 anos mais tarde, a partir de Salvaterra de Magos e hoje ter uma presença no Norte, Centro, Sul e Madeira.

No anterior, no seio da Igreja Adventista do Sétimo Dia, foi deliberado que “fosse constituída uma Comissão Diretiva para a instituição e manutenção de um Lar Adventista para Pessoas Idosas (LAPI)”, nessa fase ainda apenas para senhora.

Assim, em setembro de 1968 a primeira utente deu entrada no lar, sendo que em fevereiro do ano seguinte a estrutura já acolhia uma dezena de senhoras.

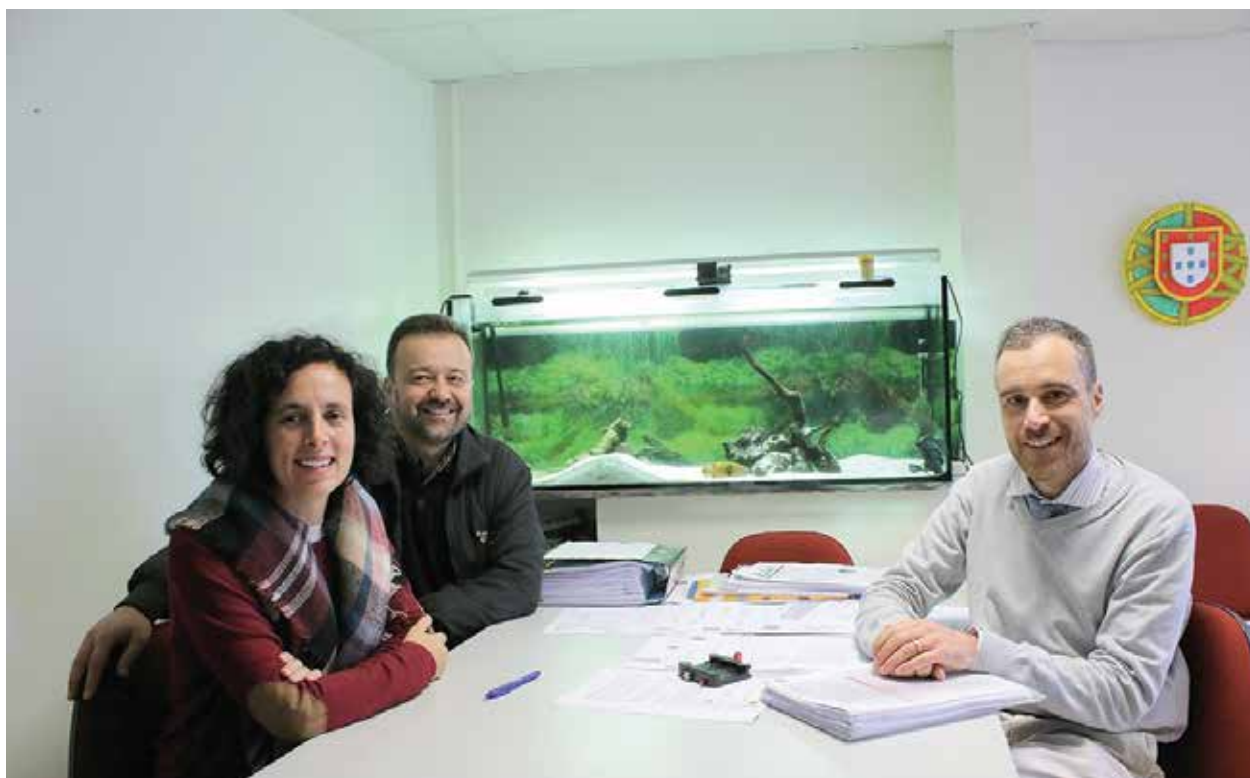
O LAPI fundador funcionou em Pero Negro até 1991, ano em que os últimos utentes foram transferidos para lar de Salvaterra de Magos, que entrou em funcionamento em 1982 e ao longo dos anos foi crescendo, com a construção de novas alas.

A decisão de adquirir um terreno e construir um LAPI em Salvaterra de Magos data de 1977, mas ainda antes da inauguração a Igreja avança, finalmente, para a criação da Assistência Social Adventista (ASA), constituída formalmente em 1980, que adquiriu estatuto de IPSS em julho de 1991, altura em que o LAPI passou a ser uma vertente da ASA.

“A ideia de criar a Assistência Social Adventista remonta a 1940. A obra nasceu antes das fundações estatutárias. Tudo começou em Pero Negro, em 1968, e depois, como todas as instituições desta área social, teve que fazer o seu enquadramento legal. Na altura foi feita a integração do LAPI na ASA que era IPSS. A resposta nasceu primeiro do que a instituição, porque, em 2018, o LAPI comemorou 50 anos, enquanto a ASA fez apenas 38”, conta Jorge Silva, diretor de serviços do LAPI Sul, de Salvaterra de Magos.

Atualmente, a ASA detém uma rede de quatro estabelecimentos na área da terceira idade, gerindo ainda o Jardim Infantil Arco-Íris, em Setúbal, onde 11 funcionários acolhem 24 crianças em creche e 50 em pré-escolar.

Em termos de frequência, os estabelecimentos da ASA apresentam os seguintes números:



LAPI Sul – 74 utentes em ERPI (Estrutura Residencial Para Idosos), 12 em SAD (Serviço de Apoio Domiciliário) e 62 em Cantina Social, com um quadro de 58 trabalhadores; LAPI Centro (Leiria) – 43 em SAD e seis em Centro de Dia, com uma equipa de 13 funcionários; LAPI Norte (Vila Nova de Gaia) – 40 pessoas em ERPI e uma equipa de 25 colaboradores; LAPI Madeira (Funchal) – 16 idosos em ERPI e 17 em Centro de Dia, com um conjunto de 16 trabalhadores.

“É com a criação da ASA que a instituição ganha impulso. Houve uma organização e a integração de algumas atividades que eram realizadas de forma dispersa, outras ainda foram equacionadas e acabaram e, neste momento, há uma estratégia nacional, que cobre Norte, Centro e Sul do continente e o arquipélago da Madeira. É uma estrutura que trabalha em rede, transversal, organizada e que sofreu um forte impulso nos finais da década de 1990 e no início do novo século”, afirma Jorge Silva.

Com a abertura e desenvolvimento do LAPI Sul, em 1995 a ASA abre o LAPI Centro, mas

onde ainda se espera poder abrir a ERPI, dois anos volvidos foi o Funchal que passou a ter uma resposta e, em 2001, inaugurou o LAPI Norte.

Hoje é uma instituição que apoia mais de 300 utentes e emprega pouco mais de uma centena de pessoas.

“Os LAPI funcionam em rede e três dos estabelecimentos têm acordos com a Segurança Social, infelizmente, não na totalidade das respostas, mas temos ainda um outro que não tem qualquer acordo”, começa por referir o diretor de serviços do LAPI Sul, explicando: “Este é um lar que funciona num registo diferente, pois é privado. Esta situação tem permitido, de alguma forma, garantir o equilíbrio financeiro para toda a rede. Temos um lar que tem critérios diferentes e que permite este equilíbrio financeiro e a que os LAPI possam dar continuidade ao papel de apoiarem todas as pessoas. Se não fosse esta situação, teríamos aqui alguns desafios mais complexos”.

Vocação de todas as IPSS, atender aos mais



carenciados também guia a ação da ASA, pelo que a condição económica dos idosos é sempre uma situação que as instituições têm que tentar contornar.

“Mais de 70% dos 76 utentes que temos aqui em Salvaterra de Magos têm capacidades económicas muito baixas”, atira Joana Costa, diretora-técnica do LAPI Sul, acrescentando: “Este ano conseguimos um aumento significativo nos acordos com a Segurança Social, pois até junho do ano passado tínhamos apenas acordo para 39 vagas. E isso permitiu ajudar muitos dos clientes, pois os custos deixaram de recair nas famílias e na própria instituição”.

Em atalho de foice, Jorge Silva diz: “As mensalidades estão definidas por precário, agora, aquilo que as pessoas entregam em termos de comparticipação familiar poderá ser inferior aos valores que estão definidos e, nesse sentido, a instituição continua a realizar um trabalho social, que olha em primeiro lugar às necessidades, tentando, na medida do possível, dar resposta às solicitações, e temos lista de espera... Não colocando a condição financeira como impeditiva, pelo contrário ela é ponderada significativamente, e para isso têm contribuído os acordos de cooperação com a tutela, permite-se que o esforço das famílias seja minimizado e seja possível fazer um enquadramento mais tranquilo, sem que a instituição não seja também prejudicada”.

O diretor de Serviços do LAPI Sul lembra que “a instituição vive destas receitas” e, “na realidade, essa diferença que existe em alguns clientes gera constrangimentos, que têm sido ultrapassados com criatividade e engenharia financeira, sempre com muito rigor e disciplina a todos os níveis”.

E tem sido este trabalho que permite a Jorge Silva afirmar que “a instituição é saudável”, contudo... “Infelizmente, não temos margem para dar continuidade a um projeto que gostaríamos de promover, que é o de abrir mais respostas e estabelecimentos, mas não temos”.

O diretor do LAPI Sul sublinha que “a situação é de equilíbrio, mas sem folga” e lamenta não poder dar resposta a algumas carências.

“Temos uma lista imensa de necessidades ao nível de manutenção que se vão tratando paulatinamente quando surgem situações extraordinárias de algum donativo. Penso que a situação em que nos encontramos é o que se passa com a generalidade das instituições, saudáveis, porque cumprimos as nossas obrigações legais e fiscais, mas não temos folga”, argumenta, alertando: “E desafios maiores vêm aí com as alterações previstas a nível salarial, porque temos que perceber que os nossos utentes não têm capacidade que essas questões sejam refletidas na íntegra nas mensalidades”.

Por outro lado, Jorge Silva sublinha um aspeto determinante e que com o passar do tempo se alterou.

“Em Salvaterra de Magos o LAPI cresceu num terreno doado, algo mais raro nos dias que correm, porque os valores da sociedade alteraram-se. Esse espírito de maior solidariedade foi-se extinguido um pouco, mas mesmo assim há situações ímpares na sociedade portuguesa. Ainda recentemente assistimos a uma campanha de angariação de alimentos a nível nacional que de ano para ano bate



recordes”, sustenta, acrescentando: “Há áreas de ação em que se assiste a isso e também, pontualmente, áreas de ação corporativa que vão funcionando, mas não são extensíveis a todas as instituições, incluindo a nossa. No passado foi possível dar seguimento a todo um conjunto de equipamentos pela caridade alheia e hoje não sentimos isso. Os tempos mudam, os conceitos mudam, o próprio conceito de família mudou”.

A estas mudanças juntam-se outras, como o aumento da esperança de vida e todos os desafios e constrangimentos a ela associadas. “Há cada vez mais idosos mais dependentes e menos autónomos. Depois, a sociedade exige-nos que trabalhemos cada vez mais e, por isso, cada vez há menos disponibilidade para cuidar. Os valores também se alteraram, porque dantes o idoso fazia parte integrante da família, mas hoje já não se pensa assim. O idoso ficava em casa até à última, porque, no fundo, os filhos sentiam a obrigação de cuidar dos pais, mas hoje é diferente. De alguma forma, os lares acabam por ser uma resposta para a debilidade e a perda cada vez maior que os idosos têm”, defende Joana Costa, lembrando que a média de idade no LAPI Sul é de 92 anos.

“Estou aqui há 14 anos e nota-se uma diferença no tipo de clientes que temos hoje e o que tínhamos há uns seis anos. Nessa altura recebíamos pessoas autónomas, que queriam aqui estar para estar acompanhados e ter companhia e até para libertar as famílias. Hoje as pessoas quando entram já é num grande estado de dependência e de debilidade. Cada vez mais temos utentes totalmente dependentes a entrar e isso não acontecia há uns anos”, afirma, lembrando que “os cuidados de saúde com os utentes hoje são mais exigentes, não só ao nível de doenças terminais, mas também a nível das demências, que são cada vez mais”.

Mesmo assim, e “curiosamente, temos pessoas mais velhas mais saudáveis do que as mais novas, mas isto tem muito que ver com a saúde que temos hoje”, conclui.

“Tem também que ver com o estilo de vida



que se procura proporcionar aqui na instituição, ao nível do exercício, da visitação, da alimentação ou do apoio médico, que permite que as pessoas se sintam bem. Dito isto, a existência da nossa instituição é uma resposta que a sociedade exige. Tomara nós que a instituição não existisse. Porém, as pessoas quando para cá vêm já chegam numa fase em que já nem as famílias conseguem dar resposta. Dantes era uma opção ingressar no lar, hoje já não é assim, é por necessidade absoluta”, corrobora Jorge Silva.

Segundo os seus responsáveis, a ASA, através dos LAPI, “procura

fazer a diferença no dia a dia pelo estilo de vida que promove na instituição, seguindo uma opção de qualidade, procurando um tratamento individualizado e proporcionando serviços de qualidade, numa abordagem transversal a várias áreas, como a espiritual, a médica, a saúde e outras”.



# TRIVALOR

## SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL



- |            |             |                             |                         |                                       |
|------------|-------------|-----------------------------|-------------------------|---------------------------------------|
| SINAL MAIS | GERTAL ITAU | SOGENAVE                    | STRONG CHARON TAMPER    | UPK CLIMAMOR                          |
| B2B        | CERGER      | FEB CAFÉS CATEFRU SOCIGESTE | IBERLIM                 | PAPIRO VALDOC                         |
| VIVAMAIS   | SERDIAL     | BIOSOG                      | TICKET SERVIÇOS FLEXBEN | A TEMPORÁRIA A TEMPORÁRIA OUTSOURCING |

A Trivalor, composta por mais de 20 empresas, está vocacionada para fazer o melhor pela sua Instituição.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência em Business & Facility Services.



Diferentes empresas da Trivalor SGPS, S.A. detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

[www.trivalor.pt](http://www.trivalor.pt)

AV. INFANTE SANTO, 21 A - 1350-177 LISBOA  
TELEF.: 21 042 00 05 / 21 042 08 08  
FAX: 21 042 00 98 / 21 424 94 88  
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

**STRONG CHARON**  
Alvarás: 41 A | 41 B | 41 C

**CONTACTE-NOS**



**TRIVALOR**



APROVADO NO PARLAMENTO

# Quem faz parte de instituições que acolhem crianças não pode participar nos processos da sua institucionalização

O parlamento aprovou um diploma que estabelece inibições no acolhimento de crianças e jovens, determinando que quem faz parte de instituições que acolhem crianças não pode participar em processos administrativos ou judiciais para a sua institucionalização.

Em votação final global, foi aprovado com a abstenção do PS e votos favoráveis das restantes bancadas um texto apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias com base num projeto do PCP.

Assim, fica definido em lei que “a participação de um membro de órgãos sociais de uma pessoa coletiva de direito privado que promova o acolhimento de crianças e jovens num processo administrativo ou judicial que determine o acolhimento residencial” implica a “inibição dessa pessoa coletiva ser ou ficar envolvida, a qualquer título, no acolhimento que resultar da decisão”.

Ainda segundo o texto aprovado, que entrará em

vigor 30 dias após publicação, o não cumprimento desta inibição “implica a nulidade da decisão”.

O objetivo do PCP com o diploma, apresentado em julho de 2018, era que quem faz parte de instituições que acolhem crianças não possa participar em processos administrativos ou judiciais para a institucionalização de crianças ou jovens em risco.

Na opinião do PCP, a separação entre quem decide estes percursos das crianças e jovens em risco e quem acolhe as crianças e jovens em instituições “é uma elementar medida de segurança que visa impedir casos de institucionalização desnecessária ou perpetuação dessa mesma medida”.

Em 2016 o relatório elaborado pelo Instituto da Segurança Social, conclui que em Portugal existiam 8.175 crianças e jovens em casas de acolhimento generalista sendo que a institucionalização em centros de acolhimento temporário e Lar de Infância e Juventude era, de longe, a medida mais adotada para estas crianças e jovens em risco.



## SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE DE 1995

DEIXE A INFORMÁTICA CONNOSCO. AS PESSOAS PRECISAM DE SI.

- CONTABILIDADE ESNL
- IMOBILIZADO ESNL
- MÓDULO ORÇAMENTOS
- LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE
- UNIDADES DE SAÚDE
- GESTÃO DE IMÓVEIS
- ORDENADOS
- UTENTES IPSS
- UTENTES CT (CERTIFICADOS AT)
- PROCESSOS CLÍNICOS UCC
- PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL
- CONTROLO DE PRESENÇAS
- ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
- ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO

**SISTEMAS DE INFORMAÇÃO**

SOFTWARE IPSS

SECTOR ECONOMIA SOCIAL

- SISTEMA INTEGRADO DE TESOUREARIA
  - TSR - Utentes
  - TSR - Bancos
  - TSR - Associados
  - TSR - Rendas
  - TSR - Caixas e Pagamentos a Fornecedores
- PRESCRIÇÃO ELECTRÓNICA E MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO (CERTIFICADO SPMS) RECEITAS SEM PAPEL

entre outras

ASSISTÊNCIA REMOTA  
Via internet

ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA  
Gratuita

INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO  
Nas vossas instalações

**+ DE 40 APLICAÇÕES**

**+ DE 900 CLIENTES**

**100% CLIENTES SATISFEITOS**

**GRÁTIS DEMONSTRAÇÕES SEM COMPROMISSO**

MORADA  
Rua dos Cutileiros, 2556 - r/c  
Apartado 1071 EC Lameiras  
4836-908 Guimarães.

TELEFONE (351) 253 408 326  
TELEMÓVEL (351) 939 729 729

ENCONTRE-NÓS EM  
**www.tsr.pt**

**tsr@tsr.pt**



CANDIDATURA, SELEÇÃO, FORMAÇÃO E AVALIAÇÃO A CARGO DAS IPSS

# Famílias de acolhimento com mais direitos e grande aumento do montante de apoio

As famílias de acolhimento vão ter os mesmos direitos que as restantes famílias, nomeadamente no Código do Trabalho e no acesso a prestações sociais, de acordo com um anteprojeto do Governo, que prevê o aumento do montante de apoio.

Fonte do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) explicou que, desta forma, o Governo se propõe rever e reformular esta medida de proteção, na sequência das propostas de um grupo de trabalho criado em 2017 e constituído pelo Instituto da Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e Casa Pia.

O acolhimento familiar é uma medida de proteção para crianças e jovens que tenham de ser retirados às famílias e que são colocados à guarda de uma família, com a qual não têm qualquer relação de parentesco, com vista à reintegração na família de origem.

O anteprojeto de decreto-lei está disponível para consulta pública até 27 de maio e traz alterações que vão no sentido de conferir mais direitos às famílias que se mostrem disponíveis, e reúnam as condições, para ser família de acolhimento.

De acordo com a mesma fonte, há, desde logo, um aumento no montante de apoio pago por criança à família, que passa a ser um valor único em vez do atual subsídio de retribuição, associado à prestação de serviços como trabalhador independente, ao qual se soma o subsídio mensal de manutenção para compensar encargos adicionais.

Com a proposta do Governo as crianças com mais de 6 anos têm direito a 522,91 euros, ou seja, 1,2 vezes o Indexante dos Apoios Sociais (IAS), um valor acima dos 330,29 euros pagos atualmente, e que sobe para os 601,35 euros se a criança tiver menos de 6 anos.

Caso a criança tenha uma deficiência, o valor é de 601,35 euros se ela tiver mais de 6 anos e de 691,55 se ela tiver menos de 6 anos.

A fonte do MTSSS adiantou que a estes valores se somam todas as prestações sociais que existem e que a família pode requerer, como o abono de família, a bonificação por deficiência, a assistência a terceira pessoa ou o complemento de dependência.

O anteprojeto de decreto-lei traz também alterações em relação a quem se pode candidatar e se, atualmente, é apenas possível para duas pessoas casadas ou que vivam em união de facto há mais de dois anos ou parentes que vivam em comunhão de mesa e habitação, o Governo alarga a pessoas singulares e a qualquer união de facto.

Por outro lado, deixa de ser obrigatório que a pessoa responsável pela criança ou jovem na família de acolhimento tenha de ser trabalhador independente e não possa ter outra profissão pelo facto de ter uma ou mais crianças à sua guarda.

Com a proposta do Governo, estas famílias passam a ter os mesmos direitos que quaisquer outras, nomeadamente no que diz

respeito ao Código do Trabalho, desde logo no gozo de faltas para assistência à família, licenças ou mesmo para poderem requerer as prestações sociais a que a criança tenha direito. Pode ser candidato a família de acolhimento qualquer pessoa com mais de 25 anos e menos de 65, que não seja candidato a adoção e que tenha condições físicas e mentais comprovadas por declaração médica.

Cada família pode acolher até duas crianças ou jovens, havendo margem para situações excecionais, nomeadamente no caso de irmãos.

A mesma fonte garantiu que com esta legislação vai diminuir a burocracia no acesso aos serviços de saúde e de educação e que está previsto que estas crianças possam mesmo ter prioridade no acesso.

Adiantou também que terminado o processo legislativo, a intenção é fazer uma campanha de divulgação do novo regime e conseguir angariar mais famílias, tendo em conta que atualmente existem apenas 178 em todo o país, de acordo com os dados de 2017 do relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens (CASA).

O processo de candidatura das famílias, bem como a sua seleção, formação e avaliação é da responsabilidade das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), sendo que a gestão do sistema de acolhimento compete ao Instituto de Segurança Social (ISS) e à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.





JOSÉ FIGUEIREDO  
ECONOMISTA



## Porque estão os muito ricos preocupados com a desigualdade?

Ray Dalio não é um homem conhecido por uma particular generosidade.

Possuidor de uma fortuna avaliada em 17 biliões de dólares, Ray Dalio fez dinheiro e um nome nas praças financeiras por fundar e gerir um dos maiores hedge funds do mundo – o Bridgewater.

Os hedge funds são hoje (curiosamente não foi assim na origem) os mais agressivos e rapaces dos veículos de investimento financeiro do capitalismo moderno.

Investem em tudo o que cheira a promessa de ganho gordo mesmo que, para o obter, tenham que recorrer a práticas de moralidade discutível, como short selling impiedoso ou fazer da vida de algumas companhias um verdadeiro inferno para forçar a venda de posições a bom preço.

Como imaginarão não tenho por este tipo de capitalismo um especial apreço e não perderia com o personagem um segundo do meu precioso tempo não fosse o caso de a criatura (que é presença frequente nos media mais ligados à economia e aos negócios) ter publicado um ensaio que merece leitura e reflexão. Não porque o conteúdo seja particularmente inovador ou especialmente profundo (não esperaria isso de tal proveniência), mas porque vem de quem vem.

O que Ray Dalio nos diz é que se o capitalismo americano (as empresas e o sistema de decisão política) não for capaz de reduzir a desigualdade económica na sociedade, em termos da distribuição da riqueza, do rendimento e das oportunidades, corre o risco de ter de suportar uma qualquer forma de revolução.

Os níveis de desigualdade na sociedade americana regressaram aos valores que vigoravam há cem anos, nos tempos do capitalismo selvagem dos anos que antecederam a primeira guerra mundial.

Desde os anos 80 que o top 10% da sociedade americana dobrou o seu rendimento, o top 1% triplicou ao mesmo tempo que os 60% menos afortunados têm hoje sensivelmente o mesmo rendimento desde há 30/40 anos.

Em matéria de oportunidades (questão sensível na terra do american dream) talvez seja pior. Grassa atualmente pelos Estados Unidos um escândalo de proporções gigantescas com o acesso às boas universidades, com inúmeros casos de corrupção que permitiram aos filhos dos mais ricos (curiosamente muitas estrelas do espetáculo) aceder a lugares ao que não teriam direito por mérito.

Defendo que este é um dos campos férteis por

onde prospera o populismo porque, com um discurso primário e a dose certa de demagogia, não é difícil tirar partido da raiva dos 60% colocados na parte baixa da distribuição social.

Mas Ray Dalio não é único bilionário a mostrar estas inusitadas “preocupações sociais”.

Bill Gates que continuará, porventura, a ser o homem mais rico do mundo (100 biliões de dólares de fortuna pessoal) ou Jamie Dimon, o CEO do JP Morgan, um dos maiores bancos do mundo, não se cansam de falar do tema.

O que move esta gente não é uma genuína preocupação pela sorte dos mais fracos – o que os move é o espectro de que falava Karl Marx nas primeiras linhas do Manifesto Comunista de meados do século XIX.

Não deixa de ser curioso que, para além do medo que uma qualquer forma de revolução lhes toque na barriga, como bons capitalistas que são, não os preocupe também o efeito deletério da desigualdade social na pura e simples eficácia do sistema capitalista que lhes permitiu acumular as respetivas fortunas.

A produtividade do trabalho está a crescer (quando cresce) a ritmos historicamente baixos nos últimos anos.

O que não deixa de ser paradoxal numa altura em que ouvimos falar de prodígios tecnológicos como inteligência artificial, carros autónomos, etc...

Por outro lado, o que nos prometeu a revolução liberal dos anos 80 (Reagan, Thatcher e quejandos) foi que, uma vez libertos dos altos níveis de fiscalidade e das tutelas do estado, veríamos chegar uma torrente de inovação e progresso da produtividade.

O que vemos é exatamente o contrário sem que consigamos perceber porquê. No Reino Unido, que é nesta matéria um caso dramático, onde a produtividade está estagnada há um bom par de anos, fala-se mesmo do mistério da produtividade perdida.

Em boa verdade ninguém sabe porque é tão baixo o crescimento da produtividade nos nossos dias. Há várias pistas, contudo, uma delas é justamente o crescimento da desigualdade. Ou seja, ao contrário do que nos prometiam os arautos do liberalismo, sociedades mais desiguais podem ser mais propensas a estagnação da produtividade do que sociedades mais igualitárias.

Um exemplo simples. Até há poucos anos seria raro encontrar no Reino Unido um local para lavar o carro em que o trabalho fosse feito à mão – os túneis de lavagem eram a forma comum de

lavar carros.

Hoje proliferam os locais de lavagem manual de carros. O que aconteceu foi que a perda de influência dos sindicatos, a imigração, o discurso liberal fez descer de tal maneira os salários nominais que hoje é mais barato lavar carros com recurso a trabalho manual do que com máquinas.

O mesmo sucede em vários setores. O custo do trabalho baixou de tal maneira que é economicamente vantajoso substituir capital por trabalho.

Há um outro ângulo para apreciar este tema. Uma das razões para a prevalência da lavagem manual é que conseguimos pagar esse serviço com uma parte pequena do nosso salário diário. Imaginemos uma sociedade com menos desigualdade salarial em que um lavador de carros ganhasse, digamos, um salário não muito por baixo do salário mediano.

O preço da lavagem manual subiria obviamente. Para muita gente, colocada das escalas intermédias da distribuição, o custo da lavagem passaria a representar uma parte não desprezível do seu salário diário e passaria a colocar-se a questão de saber se não seria mais racional cada um lavar o seu próprio carro.

A desigualdade económica, quando ultrapassa determinados patamares, torna-se deletéria para o progresso do sistema capitalista, incentiva a substituição de capital por trabalho mal pago e trava o crescimento da produtividade.

Não estou a afirmar que a causa da estagnação da produtividade nas economias de capitalismo avançado é a desigualdade económica. A estagnação da produtividade é um fenómeno complexo que ainda não percebemos muito bem. Mas que a desigualdade económica tem algumas culpas no cartório, não duvidem.

Como é óbvio, estas generosas criaturas, beneficiárias do capitalismo, são mais loquazes a perorar sobre as maleitas do sistema do que a propor soluções. Numa das próximas crónicas pretendo dar-lhes uma ajuda, falar um pouco das soluções.

PS – As empresas americanas cotadas são agora obrigadas a publicar a relação entre a remuneração dos seus administradores e o salário mediano das companhias. São conhecidos os resultados para cerca de cem empresas. Verifica-se que, em dez dessas cem, a relação é igual ou superior a mil, ou seja, o mais bem pago dos administradores ganha o mesmo que o empregado mediano em mais de duas vidas... Alguém acredita que isto pode acabar bem?...



# 40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Captações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

**A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.**



TEMOS A  
SOLUÇÃO PARA SI  
**CONTACTE-NOS**

NORTE: 220 406 990 / 910 286 502  
SUL: 210 420 000 / 916 206 224

[www.sogemave.pt](http://www.sogemave.pt)







**No topo do Mundo...**

---

#### FICHA TÉCNICA

**Propriedade:** CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** [jornal.solidariedade@gmail.com](mailto:jornal.solidariedade@gmail.com) | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

PROVEDORA DE JUSTIÇA PEDE AO GOVERNO

# Fim do fator de sustentabilidade para todas as pensões de invalidez

A Provedora de Justiça pediu ao Governo a eliminação do fator de sustentabilidade para todas as pensões de invalidez atribuídas ou que foram convertidas em pensões de velhice, para acabar com a “desigualdade” e “tratamento diferenciado” entre pensionistas.

Segundo uma nota, a Provedora de Justiça, Maria Lúcia Amaral, sugeriu no final de fevereiro ao ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Vieira da Silva, uma “alteração legislativa” com vista à revisão destas pensões tanto do regime de proteção social convergente (aplicado à função pública) como do regime geral da Segurança Social.

Em causa estão as pensões “que foram penalizadas pelo fator de sustentabilidade na data da respetiva atribuição ou quando se convolveram em pensões de velhice aos 65 anos de idade”, lê-se no documento.

A proposta da Provedora surge depois de “várias queixas” apresentadas por pensionistas da Caixa Geral de Aposentações (CGA) e do Centro Nacional de Pensões (CNP) “cujas pensões

continuam oneradas com o fator de sustentabilidade” ao contrário do que acontece com as pensões de invalidez abrangidas por novas regras que entraram em vigor em outubro de 2017.

Estas regras previstas no decreto lei n.º 126-B/2017 ditaram, a partir de outubro de 2017, o fim do fator de sustentabilidade para as pensões de invalidez que se transformam em pensões de velhice, deixando de fora vários grupos de pensionistas cujas reformas foram atribuídas antes da nova legislação.

É o caso dos aposentados da CGA cujas pensões de invalidez foram atribuídas até 01 de janeiro de 2015 ou dos pensionistas que viram a sua pensão de invalidez convertida em pensão de velhice entre janeiro de 2015 e outubro de 2017.

“Os queixosos encontram-se numa situação de desproteção social extremamente injusta tendo em conta a forma desigual como o fator de sustentabilidade incidiu e continua a incidir sobre as respetivas pensões e a especial vulnerabilidade que resulta não só da incapacidade permanente para o trabalho como também do

envelhecimento já vivenciado por grande parte deles”, sublinha a Provedora.

Na carta enviada ao ministro do Trabalho, Maria Lúcia Amaral salienta que o fator de sustentabilidade “tem atingido de modo muito diferenciado as pensões de invalidez” consoante o regime de proteção social, a natureza da pensão e a data em que ocorreu a aposentação ou a convalidação da pensão de invalidez em pensão de velhice.

“Nos termos do regime legal atualmente em vigor, as pensões em causa permanecerão para sempre injustamente afetadas pelo fator de sustentabilidade, sem se alcançar um motivo razoável para tal diferenciação relativamente aos pensionistas que vieram a ser beneficiados pelo regime introduzido pelo Decreto-Lei n.º 126-B/2017, de 6 de outubro”, lê-se na nota.

O fator de sustentabilidade aplicado nas pensões de invalidez era de 6,17% em 2015, tendo aumentado para 7,09% em 2017, mas no caso das pensões da CGA chegou a ser de 12,34% (em 2014) devido a várias alterações legislativas.



Óptima limpeza e higiene perfeita  
Para lavandarias profissionais IPSS



Agente especializado:

**milplus**

EQUIPAMENTOS HOSPITALARES  
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Rua Fernando Namora, 135  
4425-651 Pedrouços · Maia  
934 091 417 · info@milplus.pt  
www.milplus.pt

**Miele**  
PROFESSIONAL